



Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Curso de Serviço Social



Alice Maria Gomes Santos

**EXPLORAÇÃO COMO PADRÃO DE ADOECIMENTO:
os novos processos de trabalho e o sofrimento da trabalhadora e do
trabalhador no Brasil**

Mariana
2021

Alice Maria Gomes Santos

**EXPLORAÇÃO COMO PADRÃO DE ADOECIMENTO:
os novos processos de trabalho e o sofrimento da trabalhadora e do
trabalhador no Brasil**

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Coelho do Carmo

Mariana

2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S237e Santos, Alice Maria Gomes .
Exploração como padrão de adoecimento [manuscrito]: os novos processos de trabalho e o sofrimento da trabalhadora e do trabalhador no Brasil. / Alice Maria Gomes Santos. - 2021.
57 f.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Coelho do Carmo.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Alienação (Psicologia social) . 2. Dependência (Psicologia). 3. Sofrimento. 4. Trabalho. I. Carmo, Roberto Coelho do. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 331

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter de Sousa-Bibliotecário ICSA/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Alice Maria Gomes Santos

EXPLORAÇÃO COMO PADRÃO DE ADOECIMENTO: os novos processos de trabalho é o sofrimento da trabalhadora e do trabalhador no Brasil

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 20 de agosto de 2021

Membros da banca

Dr - Roberto Coelho do Carmo - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dra - Mariana Costa Carvalho (Universidade Federal de Viçosa)
Dr - Aislán Diego de Assis (Universidade Federal de Ouro Preto)

[Roberto Coelho do Carmo], orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 10/09/2021



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Coelho do Carmo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/09/2021, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0219405** e o código CRC **BB83113F**.

AGRADECIMENTO

Este trabalho é para todas aquelas trabalhadoras e aqueles trabalhadores que diariamente são explorados por um sistema que os desrespeitam e os desvalorizam, causando o seu sofrimento.

A minha mãe, Márcia, trabalhadora que, como mulher e mãe solo, criou e sustentou três filhos. Minha maior fonte de inspiração, sabedoria e que, a todo momento, acreditou na minha potencialidade, mesmo quando eu não acreditava. A minha tia Iracema, meu amor, meu aconchego e que sempre cuidou de mim. Aos meus irmãos, Acácio e Pedro, por todo apoio e ao meu sobrinho Davi que, logo em sua chegada, trouxe tanto amor.

Agradeço imensamente ao meu orientador Dr. Roberto Coelho do Carmo, por toda sensibilidade, empatia e ensinamento. Minha enorme gratidão! Este trabalho não seria possível sem sua orientação. A todos professores que fizeram parte da minha formação acadêmica. Aos colegas e amigos que conquistei na graduação e que passaram por todos os desafios comigo. Aos meus amigos da vida que sempre me apoiaram e sempre acreditaram na minha capacidade.

Por fim, agradeço a todas as companheiras e todos os companheiros que me mostram diariamente que existem novas possibilidades e que através da luta e da resistência conseguiremos a nossa emancipação.

“Los poderosos pueden matar una, dos o tres rosas, pero nunca podrán detener la primavera entera.”

(Che Guevara)

RESUMO

A manutenção do modo de produção capitalista coincide com a manutenção da exploração da trabalhadora e do trabalhador. O capitalismo, após suas diversas crises, necessitou estabelecer novas estruturas, buscando perspectivas de manter e/ou crescer sua taxa de lucro e sua massa de lucro. Nestas novas morfologias do trabalho a flexibilização marca como exploração capitalista e repercute como sofrimento na subjetividade do trabalhador e da trabalhadora. O estranhamento, a alienação e o sofrimento estão ligados neste sistema. Neste trabalho, buscaremos trazer, de forma crítica, a conexão entre os três conceitos, além de analisar os rebatimentos da superexploração do trabalho nos países latino-americanos em relação aos países imperialistas na órbita do sofrimento do trabalhador e da trabalhadora.

Palavras-chave: Trabalho. Alienação. Estranhamento. Sofrimento. Dependência.

RESUMEN

El mantenimiento del modo de producción capitalista coincide con el mantenimiento de la explotación de la trabajadora y del trabajador. El capitalismo, después de sus diversas crisis, necesitó establecer nuevas estructuras, buscando perspectivas de mantener y/o crecer su tasa de ganancia y su masa de ganancia. En estas nuevas morfologías del trabajo, la flexibilización marca como explotación capitalista y repercute como sufrimiento en la subjetividad del trabajador y de la trabajadora. La extrañeza, la alienación y el sufrimiento están conectados en este sistema. En este trabajo, buscaremos traer, de forma crítica, la conexión entre los tres conceptos, además de analizar los rebotes de la superexplotación del trabajo en los países latinoamericanos en relación a los países imperialistas en la órbita del sufrimiento del trabajador y la trabajadora.

Palabras clave: Trabajo. Alienación. Extrañeza. Sufrimiento. Dependencia.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|------------|---|
| CADÚNICO | Cadastro Único para Programas Sociais |
| CBMM | Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração |
| CEPAL | Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe |
| CEERT | Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade |
| COVID - 19 | Corona Vírus Disease - 2019 |
| DIEESE | Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos |
| ICT | Índice da Condição de Trabalho |
| ILAESE | Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos |
| NR-17 | Norma Regulamentadora - ERGONOMIA |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PNB | Produto Nacional Bruto |
| TDICs | Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação |
| TMD | Teoria Marxista da Dependência |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 | ALIENAÇÃO, ESTRANHAMENTO E SOFRIMENTO | 12 |
| 3 | O SOFRIMENTO NOS PAÍSES DE CAPITALISMO DEPENDENTE: A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL | 26 |
| 3.1 | Contexto dos países dependentes latino-americanos e o sofrimento da classe trabalhadora | 31 |
| 3.2 | Novas morfologias do trabalho e dados da exploração no Brasil | 40 |
| 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 52 |
| | REFERÊNCIAS | 54 |

1 INTRODUÇÃO

A Saúde Mental, hoje, está no foco dos debates mundiais. Os grandes índices de adoecimento mental entre os trabalhadores estão cada vez mais elevados e vem se destacando em relação a outras doenças relacionadas ao mundo do trabalho. Posto a situação da crise estrutural do capital em curso, intensificada pela crise sanitária do covid-19 e a condução negacionista do governo¹ no Brasil. O estudo se vê relevante na atual conjuntura, visto que os direitos trabalhistas estão sendo suprimidos através da intensificação, precarização, terceirização e flexibilização das relações de trabalho.

Este trabalho buscará compreender aspectos do sofrimento humano de ordem subjetiva que aplacam a classe trabalhadora. O desafio que se coloca é compreender como estas características se relacionam com o modo de produção e reprodução capitalista. Analisaremos aspectos macroconjunturais dos países dependentes, para dissertar sobre as particularidades do fenômeno, em especial, na América Latina.

O interesse sobre a temática veio a partir de indagações acerca da saúde mental das trabalhadoras e dos trabalhadores situados nos países de capitalismo dependente e periféricos. Se de fato existem aspectos macroconjunturais associativos do sofrimento, então podemos supor que o fenômeno se caracterize diferente nestas regiões. Pretendemos demonstrar isso através de pesquisa bibliográfica, a partir de uma qualificada revisão da literatura especializada sobre aspectos da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho, e do cenário político, cultural, social e econômico que caracterizam essa parte do globo.

Com o avanço das forças produtivas, as transformações ocorridas no mundo do trabalho modificaram e modificam a vida do trabalhador(a). Buscaremos abordar aspectos dessas mudanças e como o modelo econômico vigente pode estar eivado de determinantes do sofrimento das trabalhadoras e trabalhadores. A precarização e a instabilidade sistêmica em um cenário de flexibilização econômica, por exemplo, são fatores que podem contribuir para o adoecimento.

¹ Hoje já se sabe que, para além do negacionismo, a corrupção espalha suas raízes pelo ministério da saúde, tendo impactado a compra de vacinas no melhor tempo. O que comprometeu as quaisquer estratégias mais eficientes de imunização.

Com estas transformações em passo cada vez mais acelerado, com fenômenos como uberização, trabalho digital e Indústria 4.0², podemos perceber a urgência das investigações neste campo. Aliado a velocidade destas mudanças, temos uma característica importante que também nos aponta a pertinência do debate. Para Dal Rosso (2008) vivemos com a reestruturação produtiva dos anos 1970, uma mudança na característica do trabalho, qual seja, redução do trabalho concreto e o aumento do trabalho abstrato, o que também pode representar uma mudança no padrão do adoecimento pelo trabalho. Se antes o operário utilizava um maior número de força física para cumprir suas atividades nas indústrias, causando dores físicas, por exemplo, hoje, o trabalhador se vê na incumbência de operar com a mente. Conseqüentemente, isso significaria alterações nas doenças relacionadas ao trabalho.

Vale destacar que tais mudanças relacionam-se no campo político à agenda das ideologias que cooperam e ajudam a consolidar a estrutura capitalista. Para o propósito do nosso trabalho, destacamos ainda que a exploração acontece em todos os países capitalistas, em maior ou menor grau.

Os postulados neoliberais, socialdemocratas e neodesenvolvimentistas, hoje em crise, em seu momento apresentaram um panorama promissor para os países chamados “em vias de desenvolvimento”, panorama esse que tende à “independência” e à “soberania” das nações e da força de trabalho. Ao contrário dessas premissas, as teses dependentistas vislumbram uma tendência à exacerbação da superexploração do trabalho e das lutas de classe, estimuladas pela flexibilização do trabalho que ocorre na dimensão produtiva de nossas sociedades através do impulso-imposição de todo tipo de “reformas estruturais”, pregadas pelas burguesias dependentes e pelos organismos monetários e financeiros internacionais. Além disso, frente à crise estrutural do capitalismo mundial, estão ganhando força novas formas de expansão de países e capitais revitalizando o subimperialismo. (VALENCIA, 2019, p. 83).

Com o cenário desta pesquisa colocado, utilizaremos a Teoria Marxista da Dependência (TMD), como também autores que fazem apontamentos acerca do mundo do trabalho e da teoria social para as análises no campo social-cultural, político e econômico. Com este aporte, seremos capazes de uma reflexão das particularidades dos países de capitalismo dependente, tal como o Brasil, estudando aspectos da macro e da microconjuntura e atravessam o trabalho.

² A indústria 4.0 é marcada pelo avanço do processo tecnológico contemporâneo, através da implementação de novas configurações do trabalho.

2 ALIENAÇÃO, ESTRANHAMENTO E SOFRIMENTO

As particularidades do trabalho hoje carregam, parafraseando Meszáros, o fardo do tempo histórico capitalista maduro, isso significa que a finalidade do trabalho não é o atendimento de necessidades da humanidade, mas sim o lucro³. Só aí já temos, como indicam Laurell e Noriega (1989), um ataque à saúde das trabalhadoras e trabalhadores. Para os autores:

É preciso recuperar, também, o trabalho como atividade humana; como atividade consciente orientada para um fim, base da criatividade. É, pois, a capacidade de criar intencionalmente novos objetos, mas também novas relações entre os homens. Essa qualidade do trabalho é uma das chaves para compreender a especificidade histórica dos processos psicológicos humanos. Dessa forma, enquanto essa qualidade só é potencialidade até realizar-se, tende constantemente a ser negada à grande maioria dos trabalhadores quando o trabalho assume a forma explorada e alienada. Essa constante negação da capacidade criativa humana torna-se destrutiva e não potencializadora das capacidades humanas dos trabalhadores [...]. (LAURELL; NORIEGA, 1989, p. 104).

Com a recuperação da análise proposta, inferimos que é a partir do trabalho que o ser humano se constitui como um ser pensante, que produz e recria suas necessidades. Por consequência, suas relações com o mundo se modificam. A natureza é indispensável para a sobrevivência e manutenção da vida humana, pois ela também é um objeto de trabalho⁴. “[...] No processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto.” (ANTUNES, 2004, p. 41). Sendo assim, o sujeito planeja, executa e funda um produto que foi pretendido, através dos meios de trabalho, tal como instrumentos que o auxiliem na produção de determinado objeto, esse mesmo objeto poderá ser utilizado na criação⁵ de outros objetos que servirão de meios de trabalho. Ou seja, o trabalho é indissociável à existência humana, como coloca Marx e Engels (1998).

[...] para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história que se deve, ainda hoje como há milhares de

³ “[...] para o capital a questão consiste em quais são as características requeridas da força de trabalho, enquanto para o trabalho a questão é em que condições se desenvolvem seus processos vitais; para o primeiro é, pois, um dos problemas da produção (a mais-valia) enquanto para o segundo é o problema da vida.” (LAURELL; NORIEGA, 1989, p.117).

⁴ “Todas as coisas, que o trabalho só desprende de sua conexão direta com o conjunto da terra, são objetos de trabalho preexistentes por natureza [...]” (ANTUNES, 2004, p. 37).

⁵ “O uso e a criação de meios de trabalho, embora já existam em germe em certas espécies de animais é uma característica específica do processo de trabalho humano [...]” (MARX, 2011, p. 329).

anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida [...]. (MARX; ENGELS, 1998, p. 21).

Porém, no modo de produção capitalista o trabalho se torna alienado⁶. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx (2002) indica quatro formas de alienação, sendo elas: o trabalho alienado como resultado do movimento de antinomia entre produto e trabalhador(a), isto é, com o advento da propriedade privada, concebida na sociedade capitalista, o produto do trabalhador(a) se afasta de si para pertencer a outro homem; alienação no processo produtivo, em que ocorre o domínio sobre o tempo; alienação do ser genérico, quando o indivíduo não se reconhece como indivíduo e como indivíduo livre; alienação do homem pelo homem, “[...] quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele *outro* homem.” (MARX, 2002, p. 85-86). Importante complementar que nos apontamentos de Marx:

Jamais lhe ocorreu, porém, *reduzir* o fenômeno da *alienação*, nas suas múltiplas formas, aspectos e dimensões, à *alienação econômica*, tal como jamais lhe ocorreu reduzir todo o trabalho humano ao trabalho *diretamente* empenhado na produção econômica. (KONDER, 2009, p. 43).

Neste movimento alienador, também acontece a segmentação do trabalho intelectual e trabalho manual. Assim, “a consciência divorciada da prática marca, no homem, a *alienação*.” (KONDER, 2009, p. 65).

Deste modo, verifica-se que todo o esforço que o homem vinha desenvolvendo até o capitalismo para dominar a natureza, para plasmar o mundo natural à sua feição, para dar uma feição humana aos objetos naturais, é *invertido* e *negado* pelo estabelecimento das relações capitalistas de produção. Dentro do todo constituído por estas relações de produção, o homem é assimilado a um mundo de coisas (de vez que as próprias relações inter-humanas, no plano geral da sociedade, assumem a feição de coisas). E as coisas a cujo mundo o homem é assimilado, ao se tornarem diretoras do movimento da história e da atividade humanas, se desindividualizam e perdem as suas qualidades concretas ante os olhos dos homens, compondo um mundo desprovido de existências singulares, um mundo indiferenciado, um mundo desumano, onde o humano, especificamente humano - se vê triturar e inapelavelmente diluir. (KONDER, 2009, p. 146).

Precisamos discriminar duas questões: no capitalismo, a alienação é a “alienação tipicamente capitalista” ou “alienação aliada ao estranhamento”, pois “[...] a apreciação marxiana desses momentos e contrastes das formas de aparecer do

⁶ “[...] Primeiro, porque os trabalhadores não eram donos daquilo que o trabalho deles produzia e, portanto, não tinham condições de trabalho que facilitassem a eles uma clara visão das possibilidades criadoras do trabalho humano como tal. Depois, porque as condições de trabalho que lhes eram impostas (a princípio por coação direta, sob a escravidão e, depois, por coação indireta, através do monopólio dos meios de produção pelos senhores feudais e pelos burgueses, sob o feudalismo e sob o capitalismo) eram condições desumanas, que provocavam no trabalhador uma invencível repugnância empírica pelo seu trabalho. Depois, ainda, porque os trabalhadores, desde crianças, eram educados sob a pressão deformadora e *alienadora* das instituições mantidas pelas classes dominantes (as quais, possuindo o poder material, possuíam igualmente o poder espiritual, e dele se serviam para impor os seus *valores* a toda a sociedade).” (KONDER, 2009, p. 122).

trabalho e seus objetos sob o estranhamento está sempre vinculada à exposição da alienação (*Entäusserung*) como elemento concêntrico ao estranhamento (*Entfremdung*) [...].” (RANIERI, 2001, p. 62). Duayer (2010) aponta que a alienação já se apresentava em outras sociedades, porém a marca do capitalismo, no qual possibilita sua reprodução, é o estranhamento.

O estranhamento deriva-se da alienação e é captado pela retificação⁷, ou seja, por meio do fetichismo da mercadoria, em que ela se torna o centro das coisas, o mundo se torna estranhado para os sujeitos. “Sob o capitalismo, então, a propriedade privada, forma lógica de desativação do trabalho humano, é o resultado estranhado de uma determinada exteriorização da vida [...].” (RANIERI, 2001, p. 66).

[...] o homem nada mais é do que o *trabalhador* e, como trabalhador, suas propriedades humanas o são apenas na medida em que o são para o capital, que lhe é *estranho*. Mas porque ambos, capital e trabalho, são estranhos entre si e estão, por conseguinte, em uma relação indiferente, exterior e acidental, esta estranheza (*Fremdheit*) tem de aparecer como [algo] *efetivo* (*wirklich*). (MARX, 2002, p. 91).

A diferença ou não entre alienação e estranhamento é divergente entre alguns autores, uns compreendem que os dois termos são um só, enquanto outros acreditam que existam duas dissoluções, mas que se conectam. Não nos aprofundaremos neste aspecto, mas recorreremos à passagem de Ranieri (2021, p. 1), para nos esclarecer sobre a discriminação entre os dois:

[...] existe uma distinção entre alienação (*Entäusserung*) e estranhamento (*Entfremdung*): enquanto alienação tem o significado de algo ineliminável do homem, uma exteriorização que o autoproduz e forma no interior de sua sociabilidade, estranhamento é designação para as insuficiências de realização do gênero humano decorrentes das formas históricas de apropriação do trabalho, incluindo a própria personalidade humana, assim como as condições objetivas engendradas pela produção e reprodução do homem⁸. (RANIERI, 2021, p. 1).

Além disso, Duayer (2010) reitera que, o que é central para o capitalismo não é o trabalho, e sim a alienação e o estranhamento. Isso se dá porque o trabalho não é uma particularidade do capitalismo, mas o estranhamento sim.

[...] Pode-se compreender melhor o mais-valor como expressão do estranhamento da produtividade do trabalho social quando se leva em conta que o trabalho, como categoria especificamente humana, diferencia o metabolismo da espécie humana com a natureza. Nos outros animais esse metabolismo é sempre uma adaptação passiva, geneticamente determinada, às mudanças das condições do ambiente, ao passo que no ser humano o

⁷ A sociedade capitalista é a sociedade em que a alienação assume, claramente, as características da *reificação* descrita por Lukács em *Histoire et conscience de classe*, com o esmagamento das qualidades humanas e individuais do trabalhador por um mecanismo inumano, que transforma tudo em *mercadoria*. (KONDER, 2009, p. 130).

metabolismo caracteriza-se por uma adaptação ativa, em que os seres humanos, pelo trabalho, criam as condições materiais de sua própria reprodução. Em virtude dessa constituição interna do trabalho, Lukács sublinha que a situação típica no ser humano é a reprodução ampliada. O mais-valor, nesse sentido, é expressão historicamente específica dessa capacidade, dessa potência humana, autonomizada em relação aos seres humanos reduzidos a meros trabalhadores, potência que deve a riqueza que opera como um “sujeito automático” sob a forma de capital. Riqueza sempre crescente e crescentemente estranhada. (DUAYER, 2010, p. 7).

No modo de produção capitalista, a trabalhadora e o trabalhador também se tornam mercadoria para o capital⁹ e, a partir do momento que eles se transformam em mercadoria, suas emoções e potencialidades são reduzidas, apagadas e a sua própria existência acaba se tornando incompreensível para si. Isso se dá em relação às contradições inerentes a este modo de produção.

[...] O trabalhador é considerado, então, uma espécie de robô deficiente, imperfeito, um autômato dotado de faculdade de produzir, mas incapacitado para ajustar-se completamente às exigências do processo racional da produção, quer dizer, às exigências da técnica. Mas, na realidade, o sistema capitalista não foi instituído para os trabalhadores ou em função dos trabalhadores e, com base no interesse de classe, que levou à sua instituição, ainda é fácil compreender que o seu funcionamento apareça ante a consciência dos trabalhadores como uma realidade regida por leis inteiramente estranhas à vontade dos homens, isto é, como um mundo inumano, um mundo de coisas. (KONDER, 2009, p. 132).

Para nós, o sofrimento¹⁰ da trabalhadora e do trabalhador está associado ao modo de produção capitalista. E refere-se ao conjunto de determinações sociais, pois “[...] o sofrimento social gesta-se nos macrocontextos, geralmente associado a poderosas formas de domínio que podem se espriar pelas instâncias da vida do trabalhador, atingindo o indivíduo, os locais de trabalho e até a família.” (CARMO, 2012, p. 37). Isto é, as características deste se dá a partir do momento em que o sujeito se esbarra com diferentes impasses sobre a própria continuidade de sua existência, o colocando em posição, frente ao capitalismo, de subserviente, acarretando seu sofrimento. Assim sendo, o sofrimento é o reflexo da alienação tipicamente capitalista.

O mal-estar do indivíduo com a sua existência decorre de um sofrimento social, geralmente, ligado às formas poderosas de dominação que se estendem por várias instâncias sociais até solapar famílias, locais de trabalho e indivíduos. Isso leva a entender que a dominação e o sofrimento sociais de

⁹ “O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria.” (MARX, 2002, p. 80).

¹⁰ “O sofrimento físico, o sofrimento mental e o sofrimento social são indissociáveis, não sendo totalmente esclarecedora a observância de apenas um desses aspectos separados. Deste modo, as mudanças econômicas afetam à saúde humana, principalmente no que diz respeito à alimentação, hábitos de vida, condições de trabalho e tensão para responder a determinado comportamento desejado, hegemonicamente.” (CARMO, 2012, p. 12).

maneira conjunta alcançam à esfera psíquica de cada um. Os processos de adoecimento mental emergem e/ou se agravam imbricados às relações sociais entre classes e grupos sociais, bem como de fenômenos como, sistema político, desenvolvimento social, estrutura educacional, migração, industrialização e urbanização. Os antagonismos de interesses e a dominação hegemônica alcançam famílias e indivíduos em suas existências, provocando a vivência de medos e incertezas. (CARMO, 2012, p. 40).

As mutações do mundo do trabalho, em toda sua existência, também alteraram os padrões de adoecimento¹¹. No processo de industrialização, com a revolução industrial, por exemplo, o proletariado estava inserido em um ambiente fechado e com péssimas condições, alto grau de periculosidade e de agentes tóxicos encontrados nas fábricas, sem dizer na miséria e da falta de saneamento básico que também estavam presente no cotidiano dos operários¹². A carga horária também chegava a ser exorbitante, em média 12 a 14 horas diárias de trabalho com salários baixíssimos.

Na divisão social do trabalho, as mulheres trabalhadoras e as crianças representavam força de trabalho barata, maior submissão e tinham salários inferiores aos homens, característica encontrada ainda atualmente. “[...] As mulheres eram tolhidas de direitos básicos (como remuneração equivalente à dos homens), inferiorizadas dentro de suas famílias, no matrimônio, no trabalho, e em praticamente todas as suas relações sociais.” (ASSUNÇÃO, 2018, p. 37). Ainda sobre a relação ao salário, a autora assinala:

Quanto ao salário inferior ao do homem se dava em razão do pensamento de que ele o papel provedor do lar. Embora tenha surgido a necessidade de as mulheres ingressarem nas fábricas para o sustento de suas famílias, o estigma social de serem inferiores e sustentadas pelos maridos permitiu a manutenção de um salário tido como suplementar, e não como principal. (ASSUNÇÃO, 2018, p. 37).

Assim, a inclusão das mulheres nestes setores se dava por alguns motivos, dentre eles para complementar o provento, já que os salários dos homens também decaíram. Além disso,

conforme Maxine Berg, a necessidade de as mulheres trabalharem nas indústrias se dava por alguns fatores: no século XVIII, o número de mulheres

¹¹ “Os primórdios da divisão social do trabalho coincidem com as primeiras descrições de doenças profissionais: silicose dos mineiros e dos trabalhadores da pedra, saturnismo dos ceramistas por contato com sulfato de chumbo utilizado como verniz [...]. Na Europa, no final da Idade Média, a patologia do trabalho foi dominada pelas doenças dos mineiros de metais preciosos, base da economia das nações [...]. A Revolução Industrial trouxe extensas transformações em todas as áreas de atividade humana. A siderurgia e a metalurgia avançaram com a oferta de metais sempre mais baratos e com o desenvolvimento da tecnologia para sua fundição e purificação. [...] A Revolução Industrial concentrou dentro dos ambientes confinados das indústrias as doenças decorrentes do trabalho. Os acidentes e as intoxicações agudas são relatos comuns da época pioneira da industrialização.” (FILHO, 2004, p. 105).

¹² “Falta de higiene, promiscuidade, esgotamento físico, acidentes de trabalho, subalimentação, potencializam seus respectivos efeitos e criam condições de uma alta morbidade, de uma alta mortalidade e de uma longevidade formidavelmente reduzida.” (DEJOURS, 1987, p. 14).

era maior que o número de homens; as mulheres se casavam tarde (a partir dos 30 anos); havia muitas viúvas; muitas praticavam o celibato. Assim, essas mulheres deveriam procurar outras maneiras de se sustentar que não fosse o casamento, o que propiciou o surgimento de contingente de mão de obra feminina barata e farta. (ASSUNÇÃO, 2018, p. 36).

Assunção (2018) menciona que foi a partir do avanço industrial e, no momento que as mulheres entraram nas fábricas e saíram de suas casas, começaram a se articular como movimento para buscar direitos, dentre eles o do voto. Não podemos deixar de mencionar que, já neste período, as mulheres começam a cumprir dupla e tripla jornada de trabalho.

Nesse momento surge a primeira onda do feminismo. 115 Desenvolvido no final do século XIX, o feminismo de primeira onda objetivava principalmente a reivindicação dos direitos políticos – de votar e de ser eleita. Também se ocupou de alguns direitos sociais e econômicos, como a questão do trabalho remunerado, estudo, propriedade e herança, mas teve como principais expoentes as mulheres que lutavam pelo sufrágio. (ASSUNÇÃO, 2018, p. 38).

Todas estas questões nos indicam, por exemplo, uma possível determinação do sofrimento acentuado entre as mulheres no comparativo aos homens. Também nos encaminha para problematizações futuras sobre parcelas da classe trabalhadora latino-americana, historicamente relegadas à segunda ordem pelo recorte de gênero, mas também pelo recorte de raça. Entretanto, trata-se aqui de postulações para estudos seguintes.

Retornando ao debate proposto para este trabalho, Dejours (1987) traz detalhes importantes sobre o sofrimento das trabalhadoras e dos trabalhadores do período fordista/taylorista¹³. Os modelos de produção serão melhor desenvolvidos adiante, no próximo capítulo.

Do discurso operário podem-se extrair vários temas que se repetem obstinadamente como um refrão obsessivo. Não há só um texto, uma só entrevista, uma só pesquisa ou greve em que não apareça, sob múltiplas variantes, o tema da indignidade operária. Sentimento experimentado maciçamente na classe operária: o da vergonha de ser robotizado, de não ser mais que um apêndice da máquina, às vezes de ser sujo, de não ter mais imaginação ou inteligência, de estar despessoalizado etc. (DEJOURS, 1987, p. 48-49).

Anterior a sociedade capitalista, o profissional, ao ter liberdade no processo de criação e imaginação, vivenciava todo o ciclo de produção, desde a compra dos materiais e a finalização do seu produto, promovendo uma autonomia criativa, o uso da mente e do raciocínio. “[...] A organização temporal do trabalho, a escolha das

¹³ “A vivência depressiva condensa de alguma maneira os sentimentos de indignidade, de inutilidade e de desqualificação, ampliando-os. Esta depressão é dominada pelo cansaço. Cansaço que se origina não só dos esforços musculares e psicossensoriais, mas que resulta, sobretudo do estado dos trabalhadores taylorizados.” (DEJOURS, 1987, p. 49).

técnicas operatórias, os instrumentos e os materiais empregados permitem ao trabalhador, dentro de certos limites é claro, adaptar o trabalho às suas aspirações e às suas competências.” (DEJOURS, 1987, p. 52). Porém, como já mencionamos, isso se perde na medida que as forças produtivas avançam, visto que o trabalho se torna mecanizado¹⁴ e estranhado. Assim, “A organização do trabalho, concebida por um serviço especializado da empresa, estranho aos trabalhadores, choca-se frontalmente com a vida mental e, mais precisamente, com a esfera das aspirações, das motivações e dos desejos [...]” (DEJOURS, 1987, p. 51). Ademais, ao sair de casa e se inserir nas indústrias¹⁵, a trabalhadora e o trabalhador se distanciam do ambiente familiar, rompendo vínculos.

Com efeito, para o operário-artesão pré-tayloriano, tudo se passava como se o trabalho físico, isto é, a atividade motora, fosse regulada, modulada, repartida e equilibrada em função das aptidões e do cansaço do trabalhador por intermédio da programação intelectual espontânea do trabalho. Neste edifício hierarquizado, o corpo obedecia ao pensamento, que por sua vez era controlado pelo aparelho psíquico, lugar do desejo e do prazer, da imaginação e dos afetos. O sistema Taylor age, de alguma maneira, por subtração do estágio intermediário, lugar da atividade cognitiva e intelectual. (DEJOURS, 1987, p. 43).

Outro fator de sofrimento é a relação vertical instituída nas indústrias, estratégia ordenada pelos donos das fábricas para motivar a ausência de reconhecimento entre os próprios operários e fomentar a obediência¹⁶. Digamos que tal relação assumia um poder sobre o trabalho do outro, gerando intimidação, “[...] pois ter medo de ser vigiado é vigiar-se a si mesmo. O medo e a ansiedade são os meios pelos quais se consegue fazer respeitar os preceitos hierárquicos.” (DEJOURS, 1987, p. 102). Logo, “[...] no primeiro plano, aparece a ansiedade: agir conforme as ordens recebidas, obedecer e

¹⁴ “Da análise do conteúdo significativo do trabalho, é preciso reter a antinomia entre satisfação e organização do trabalho. Via de regra, quanto mais à organização do trabalho é rígida, mais a divisão do trabalho é acentuada, menor é o conteúdo significativo do trabalho e menores são as possibilidades de mudá-lo. Correlativamente, o sofrimento aumenta.” (DEJOURS, 1987, p. 52).

¹⁵ “Mesmo as más condições de trabalho são, no conjunto, menos temíveis do que uma organização de trabalho rígida e imutável. O sofrimento começa quando a relação homem-organização do trabalho está bloqueada; quando o trabalhador usou o máximo de suas faculdades 'intelectuais, psicoafetivas, de aprendizagem e de adaptação. Quando um trabalhador usou de tudo de que dispunha de saber e de poder na organização do trabalho e quando ele não pode mais mudar de tarefa: isto é, quando foram esgotados os meios de defesa contra a exigência física. Não são tanto as exigências mentais ou psíquicas do trabalho que fazem surgir o sofrimento (se bem que este fator seja evidentemente importante quanto à impossibilidade de toda a evolução em direção ao seu alívio). A certeza de que o nível atingido de insatisfação não pode mais diminuir marca o começo do sofrimento.” (DEJOURS, 1987, p. 52).

¹⁶ “O trabalho taylorizado engendra, definitivamente, mais divisões entre os indivíduos do que pontos de união. Mesmo se eles partilham coletivamente da vivência do local de trabalho, do barulho, da cadência e da disciplina, o fato é que, pela própria estrutura desta organização do trabalho, os operários são confrontados um por um, individualmente e na solidão, às violências da produtividade.” (DEJOURS, 1987, p. 39).

proteger-se da ansiedade originada pelo risco de ser pego em erro.” (DEJOURS, 1987, p. 102).

Ademais, o medo de anunciar ou que descobrissem que estava doente, por qualquer motivo que seja, não somente psíquica, era tido como uma covardia, dado que a doença é um empecilho para a execução das atividades. No capitalismo, você não pode sofrer, não pode estar vulnerável, se estiver, não é um sujeito digno e respeitável, já que, como a conhecida frase “o trabalho dignifica o homem”. Como bem coloca Dejours (1987, p. 33), “doença e trabalho! Este par indissolivelmente ligado guarda um conteúdo específico: a ideologia da vergonha erigida pelo subproletariado não visa a doença enquanto tal, mas a doença enquanto impedimento ao trabalho.” Dejours (1987) ainda divide essa preocupação do proletariado do subproletariado, essa característica se torna mais intensiva para o último, já que:

Quando as condições de sobrevivência são tão precárias quanto as que observamos no sub proletariado ou nas populações dos países subdesenvolvidos, não há lugar para a ansiedade face à doença enquanto tal (o que não significa que tal angústia não exista!). Ela está possivelmente oculta pela questão relativa à sobrevivência a exemplo do que foi descrito a propósito do século XIX e da história da relação saúde-trabalho antes da guerra de 1914. (DEJOURS, 1987, p. 34).

Após indicarmos algumas características viscerais do sofrimento psíquico na esfera industrial, vamos discorrer sobre a trabalhadora e o trabalhador nos dias atuais. Importante sinalizar que as questões supracitadas representam apenas algumas das determinações do sofrimento relacionado ao estranhamento e alienação.

Hoje, com a flexibilização nos processos de produção, o trabalhador é condicionado a uma estrutura de aniquilamento da estabilidade¹⁷ que as empresas estatais viabilizavam nos anos 1970 ao final dos anos 1980. Aliás, como coloca Carmo (2013), pseudoestabilidade, pois a coexistência entre as duas classes não possibilita estabilidade, mas sim a dominação. Com as privatizações, a precarização e a instabilidade são especificações obrigatórias no capital, instaurando incertezas e falta

¹⁷ “Este é um processo complexo, pois mantém a relação capital/trabalho em sua essência, ao tempo em que transmuta as suas formas de existência. Ou seja, forja mudanças epidérmicas, de superfície, através de diferenciados estatutos de trabalhadores que camuflam a relação essencial capital/trabalho, confundindo as figuras sociais básicas representativas - empregado e empregador - que norteiam a vigência e a aplicação das leis trabalhistas. Neutraliza e anula a regulação social do trabalho (com a consequente perda de direitos conquistados pelos movimentos sociais anteriormente), naturalizando o trabalho precário, banalizando a injustiça social e a violência no trabalho (principalmente, a violência psicológica). Dissemina uma era de precarização social e de trabalho socialmente desagregador, terreno fértil para o sofrimento e o adoecimento dos indivíduos, configurando o trabalho patogênico. A precarização passou a ser um atributo central do trabalho contemporâneo e das novas relações de trabalho, apresentando múltiplas faces e dimensões.” (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010).

de perspectiva do futuro. “Esse sentimento de insegurança em uma sociedade instável promove a dissolução dos laços sociais e aniquila paulatinamente as estruturas psíquicas dos indivíduos.” (CARMO, 2013, p. 77).

As possibilidades de manobra do capital estariam representando, ao trabalhador, instabilidade, que, conseqüentemente, se materializaria na degeneração da qualidade de vida, desprovendo-o de algumas possibilidades de antever seu futuro positivamente. O que poderia gerar ansiedade, medo e insônia [...]. (CARMO, 2013, p. 75).

Em síntese, podemos concluir que, objetivamente, o sofrimento do trabalhador e da trabalhadora neste tempo histórico está associado a fatores como ambiente de trabalho e família, condições materiais e subjetivas, alienação e estranhamento. O sofrimento e o modo de produção capitalista estão inteiramente ligados. “A evolução das condições de vida e de trabalho e, portanto, de saúde dos trabalhadores não pode ser dissociada do desenvolvimento das lutas e das reivindicações operárias em geral.” (DEJOURS, 1987, p. 13).

Neste momento, adentraremos nas vinculações mais específicas do modo de produção capitalista, sujeito e sua associação ao sofrimento. Se aqui estamos defendendo uma identificação entre o processo de valorização do capital e o sofrimento da trabalhadora e do trabalhador, ou, de outra forma, da relação entre estranhamento e sofrimento, cabe-nos de partida demonstrar tal processo, identificando-o ao sofrimento da trabalhadora e do trabalhador.

Partimos do pressuposto de uma organização social dividida em classes, e, neste caso, afirmamos de início que este estudo sociológico apenas versará sobre o sofrimento da classe numericamente mais significativa, a classe trabalhadora¹⁸. Nesta sociabilidade dividida em classes, o capitalista converte seu dinheiro em capital, colocando-o no processo produtivo. Ele adquire meios de produção (capital constante) e força de trabalho (capital variável), de maneira que o segundo mobiliza o primeiro e ambos transferem seu valor ao produto final. O capital valoriza-se neste processo pelo

¹⁸ Cabe a nós dizer que a classe trabalhadora no qual nos referimos é aquela inserida no período da era da flexibilização, através do setor de serviços. Inclusive, há uma precarização do trabalho para os servidores públicos e o próprio aniquilamento da garantia de estabilidade. No século XXI existe uma ampliação crescente do trabalho improdutivo, consequência das novas morfologias do trabalho. O trabalho produtivo e improdutivo são necessários para o capital, o primeiro refere-se ao trabalho que realiza mais-valia, que gera lucro diretamente ao capitalista e no qual, no ciclo capitalista, retorna como mais valor, importante reforçar que “[...] todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo assalariado é trabalhador produtivo.” (ANTUNES, 2004, p. 159). O segundo, ao contrário do primeiro, é trabalho que não produz o valor excedente para o capital, ou seja, não promove lucro direto, “Logo, o que vai qualificar se o trabalho é produtivo ou improdutivo é o lugar onde ele se insere e a relação social que estabelece dentro do processo global de acumulação e reprodução do capital [...]” (DUARTE, 2016, p. 293).

fato da jornada de trabalho exceder às necessidades de reprodução. Em outras palavras, a parte que faz variar o valor positivamente é explorada para que haja novo valor ao final do processo¹⁹.

O capital industrial tem três formas funcionais diferentes, mas é um único capital. Pode adquirir a forma de capital-monetário, capital-produtivo e capital-mercadoria. O Capital-monetário assume as funções de dinheiro enquanto meio geral de compra e de pagamento, como representação da imaterialidade do *valor* social. Diz-se que esse dinheiro se torna capital ao permitir a criação de capital produtivo, por meio da compra de mercadorias muito especiais: meios de produção e seres humanos (ou “força de trabalho”). Nesse processo, o capital busca não apenas criar mais-valor (mais-valia), que é obtido por meio do trabalho humano sobre os meios de produção, com a conseqüente produção de bens). Uma vez que produzidas, as mercadorias possuem depositado novo valor (adicionado), como mais-valia, que se transforma em lucro ao serem vendidas, o que constitui o capital-mercadoria, na medida em que é por meio da mercadoria que o valor se materializa. Uma vez que a mercadoria é vendida, o capital retorna à sua forma dinheiro, pronto novamente para reiniciar o ciclo. (DIERCKXSENS *et al.*, 2018, p. 34).

Podemos dizer que, um trabalhador gasta um determinado tempo para a fabricação de um produto e o capitalista paga apenas um percentual do montante obtido. O valor que o capitalista deixou de pagar para o trabalhador²⁰, retorna como mais valor, ou seja, mais-valia. O tempo também se torna valioso, pois ele transforma-se em um dos determinantes para a geração de lucros.

A principal característica em comum das mercadorias, é o trabalho²¹ e ele também estabelece os diferentes valores. Isto é, por exemplo, o que pode diferenciar o valor de uma simples garrafa de água de um aparelho tecnológico de primeira linha é o tempo que foi gasto para a sua produção. Porém, ele não é um único determinante. Os processos tecnológicos, o uso de matérias primas e investimento financeiro são primordiais para a fixação do valor de determinada mercadoria. Harvey (2018, p. 22) pontua que “[...] a tecnologia não se refere apenas a máquinas, ferramentas e sistemas de energia em movimento (o hardware, por assim dizer). Ela abrange também as formas de organização (divisão de trabalho, estruturas de cooperação,

¹⁹ “[...] Tudo isso considerado, chega-se à conclusão simples e objetiva que a produção social assim articulada, ou seja, externamente por meio da troca mediada por dinheiro, tem uma determinação absolutamente peculiar: *é e sempre tem de ser produção crescente*. Nenhuma outra formação socioeconômica possui um dispositivo imanente *automático* como esse em seu processo de produção, dispositivo que o faz crescer necessariamente. Cada produtor deseja e precisa produzir o máximo e, justamente por isto, a produção social é sempre crescente.” (DUAYER, 2010, p. 5).

²⁰ A desigualdade social é latente neste modelo socioeconômico e ela se torna necessária para a manutenção da acumulação da riqueza. A acumulação é sempre crescente, não porque produz-se mais mercadorias, mas porque o trabalhador é mais explorado.

²¹ “[...] Para produzir uma mercadoria, deve-se investir nela ou a ela incorporar uma determinada quantidade de trabalho. E, não simplesmente trabalho, mas trabalho social. Aquele que produz um objeto para seu uso pessoal e direto, para seu consumo, produz um produto, mas não uma mercadoria.” (ANTUNES, 2004, p. 75).

formas corporativas, etc.) [...]” Sendo assim, “[...] uma mercadoria tem um valor porque é uma cristalização de um trabalho social [...]” (ANTUNES, 2004, p. 74).

Ao transformar o dinheiro em mercadorias, que servem de matérias para a criação de novos produtos ou como fatores do processo de trabalho, ao incorporar força viva de trabalho à sua objetividade morta, o capitalista transforma o valor - o trabalho passado, objetivado, morto - em capital, em valor que se autovaloriza, um monstro vivo que se põe a “trabalhar” como se seu corpo estivesse possuído de amor. (MARX, 2013, p. 349).

Isto posto, o capitalista compra a força de trabalho por um determinado tempo e, naquele período, o trabalhador irá produzir o máximo de material possível. É importante destacar que, já nesse momento, o trabalhador se torna mais um no mundo do trabalho, sua individualidade se perde nesse processo, pois o que interessa para os donos dos meios de produção não é de fato suas potencialidades, mas a quantidade de produto que consegue executar em menor tempo. “Chegamos hoje em dia ao ponto em que indivíduos são obrigados a se apropriar da totalidade das forças produtivas existentes, não somente para chegar a uma manifestação de si, mas antes de tudo para garantir sua existência.” (MARX, 1998, p. 82).

Tendo em mente o objeto de estudo deste trabalho, ou seja, o sofrimento da trabalhadora e trabalhador na América Latina, em que a exploração é ainda mais intensa que nos países imperialistas, e é preciso se produzir mais, com maior flexibilização e menos direitos trabalhistas. Com o efeito da globalização, a terceirização e a quarteirização se tornam diretrizes do mercado, tanto das empresas nacionais como das multinacionais. Marx (1998), como supracitado, nos apontou sobre o elo do trabalhador com o produto do seu trabalho, então, carecemos entender como o afastamento, e acreditamos que aqui em maior grau, do resultado daquilo que produziu interfere em seu sofrimento e na falta de identificação.

O capitalismo, após uma longa trajetória pontilhada de múltiplas batalhas, alcançou sua maturidade. E, no mesmo momento em que alcançava, começava a ser questionado por ideias que expressavam as frustrações e as aspirações de uma nova classe, constituída em função das necessidades da burguesia industrial: o proletariado. (KONDER, 2000, p. 18).

Considerando-se esses apontamentos, o trabalho, indispensável para o homem, torna-se algo enigmático no modo de produção capitalista, pois o sujeito não se vê naquilo que produz. O ser se torna algo material e desconsidera toda sua

subjetividade. Todas essas condições indicadas direcionam um aspecto de sofrimento para a classe trabalhadora²².

O sistema impunha ao operário uma forma de trabalho em que os objetos por ele produzidos, antes mesmo de serem produzidos, já pertenciam a outra pessoa (o capitalista, o dono da fábrica). Como o trabalhador poderia enxergar no fruto do seu trabalho algo que o prolonga, expressando sua criatividade? (KONDER, 2000, p. 20).

Além de serem donos dos meios de produção, a classe burguesa se torna dona do saber. É ela quem define as prioridades da sociedade. Se antes eram seres revolucionários, hoje são aqueles que oprimem e subordinam²³. Como elucidava Konder (2000, p. 15), “[...] uma coisa é o burguês, o proprietário dos grandes meios de produção, o industrial, o empresário, o banqueiro, o grande comerciante. Outra coisa é o “tipo humano” que a burguesia, no exercício de sua hegemonia, permite que se desenvolva na sociedade.” Isto é, o “tipo humano” refere-se ao trabalhador que reproduz no seu cotidiano a ordem burguesa, mesmo que isso signifique sujeição. Isso acontece em razão da construção social capitalista, não apenas em função da classe burguesa.

Sobre o “homem burguês” o autor ainda destaca que

precisam cultivar relações humanas verdadeiras para tentar superar a solidão, mas também precisam se servir utilitariamente das pessoas, manipulando-as, para alcançar os objetivos que a ideologia dominante define como essenciais: “vencer a vida”. (KONDER, 2000, p. 29).

De maneira esdrúxula, se assim podemos dizer, o homem, um ser que vive em sociedade, produz-se e reproduz-se diariamente em um ser individualista e solitário, mas não porque deseja e, sim, pela lógica ideo-cultural da classe dominante que,

²² “O trabalho, único laço que une ainda às forças produtivas e à sua própria existência, perdeu entre eles toda a aparência de manifestação de si, e só mantém sua vida estiolando-a [...]” (MARX; ENGELS, 1998, p. 82).

²³ “Agora, na medida em que a Revolução Francesa liberta todas as forças que necessita a economia capitalista, proclama ela a unidade dos seres humanos com o - já existente teórico e praticamente - >>*homo economicus*<<. >>Nenhum dos assim denominados direitos humanos<<, diz Marx, >>vai para além do ser humano egoísta<<, o que era simplesmente consistente com o ponto de vista da fundamentação jurídico-legal da sociedade capitalista. E Marx ironiza o idealismo de Bauer na medida em que caracteriza como >>enigmáticas<< as consequências espiritual-intelectuais, moral-sociais de sua posição política. Mais enigmático se torna esse fato quando vemos que a cidadania de Estado rebaixa mesmo a *comunidade política* dos emancipadores políticos a mero *meio* para conservação desses chamados direito do homem; que, portanto, declara *citoyen* servidor do *homme* egoísta; [...] que degrada a esfera em que ele se comporta como ser genérico à esfera em que ele se comporta como ser parcelar; [que] finalmente, não [é] o homem como *citoyen*, mas o homem como *bourgeois* [que] é tomado por homem *verdadeiro e propriamente dito*.<< Este >>enigma<< se resolve sem dificuldade na média da práxis social. Toda sociedade coloca-se ante o indivíduo que age na forma de oposições, de fato muitas vezes de antinomias, que são dadas e atribuídas às suas ações como fundamento, como espaços de manobra para as decisões alternativas de sua vida, de sua práxis.” (LUKÁCS, 2018, p. 227).

inclusive, também adentra neste paradoxo. Isso faz retornarmos a ideia de Aristóteles, partindo da concepção que o homem é um animal coletivo²⁴ e tomado de consciência, fenômeno *sui generis*. Porém, isso o é negado a partir do momento em que as novas formas de trabalho, sobretudo no século XXI, incorporam intermédios individualizadores, tal como a nova trabalhadora e o novo trabalhador da era de serviços²⁵.

Não é a nossa finalidade aprofundar os fenômenos relacionados aos processos biológicos do ser humano e sua interação social. Entretanto, recorreremos brevemente a Lukács (2018) para apreender sobre o movimento de transformação do ser humano e a sua própria existência como ser pensante e transformador. O autor nos esclarece que.

No início dissemos que o ser-precisamente-assim do ser humano perpassa o seu desenvolvimento como um todo; agora vemos que, tanto no início biológico quanto no final socializado, encontra-se um ser-precisamente-assim do ser humano que, tanto como para a humanidade filogeneticamente quanto para o ser humano singular ontogeneticamente, um caminho conduz do ser-precisamente-assim imediatamente dado a um ser-precisamente-assim do ser-para-si da unicidade humana: um desenvolvimento continuado, contudo pleno de desigualdades e contradições, cujo resultado tanto continua e desenvolve o início, quanto pode se colocar ao mesmo tempo em abrupta oposição a ele, novamente uma conexão da realidade com a estrutura da identidade e da não-identidade. (LUKÁCS, 2018, p. 244-245).

E acrescenta:

Depois do explicado até aqui, não é mais tão difícil circunscrever o conteúdo da determinação formal há poucos dada. Já mostramos que a não-identidade que aqui emerge nada tem a ver com uma oposição do material e do ideal, em qualquer forma que esta seja apreendida, pelo contrário, tem por base ontológica o ininterrupto crescente aumento dos componentes sociais do complexo humano; e precisamente esse fator determinante dos momentos de identidade na continuidade do desenvolvimento é, ao mesmo tempo, o veículo que engendra a não-identidade no interior da identidade. (LUKÁCS, 2018, p. 245).

Em outras palavras, o ser humano está em constante transformação e cada vez se torna mais complexo. Por isso, entendemos como relevante identificar as características de alienação tipicamente capitalista neste tempo histórico. Dessa forma, consideramos para efeito deste estudo que o sofrimento e a exploração da classe trabalhadora se relacionam como sinônimos, eles estão inteiramente ligados

²⁴ “[...] Precisamos ressaltar que há vários outros animais gregários como os homens, mas os mesmos não se associam como os homens, constituindo a cidade, leis, constituições e normas com fins ao viver bem e em cidades, pois a busca da virtude é justamente para se alcançar a eudaimonia, a felicidade num processo holístico do indivíduo consigo, o cosmos e em seu todo coletivo social, e tais características somente o animal político-homem com as dotações da razão, paixão, virtude e logos possui.” (ARISTÓTELES, 2004 *apud* DUARTE, 2017, p. 131).

²⁵ Isso será analisado no segundo capítulo deste trabalho.

no modo de produção capitalista. Isso se dá pelos movimentos contraditórios deste modelo societário, tal como a vinculação do sujeito com o produto do seu trabalho.

Para o objetivo deste estudo, daremos enfoque na experiência global e, em especial, latino-americana, no que se diz respeito ao trabalho e o sofrimento das trabalhadoras e dos trabalhadores. Por fim, no próximo capítulo, faremos um resgate histórico das novas morfologias do trabalho, tendo por finalidade delinear a conjuntura histórica onde cresce, de acordo com Carmo (2019), exponencialmente o sofrimento mental.

3 O SOFRIMENTO NOS PAÍSES DE CAPITALISMO DEPENDENTE: A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

Depois de analisada a genética da relação entre o sofrimento do trabalho e o capitalismo, particularmente à dinâmica da exploração do trabalho pela alienação, e a forma especificamente capitalista de organizar a produção, temos para este segundo capítulo problematizar o fenômeno do sofrimento marcadamente nos países da América Latina. Com esta finalidade, vamos rapidamente dissertar sobre o processo histórico de dominação desta região.

Enquanto a economia crescia de forma exponencial pelos países da Europa e com a necessidade de expansão, por diversos fatores, como é de nosso conhecimento, a guerra pela riqueza e pela terra chegara a América Latina. Não precisamos dizer tamanha crueldade em que os colonizadores, tanto espanhóis como portugueses, tiranizaram os povos e as terras dos que aqui viviam. As suas chegadas trouxeram consigo mudanças bruscas, tanto sociais, culturais quanto econômicas. As trabalhadoras e trabalhadores latino-americanos, miseravelmente, carregam as heranças da exploração do trabalho cativo do período colonial, porém, agora, como trabalhadores e trabalhadoras livres.

Desde o início da invasão dos povos europeus, indicamos invasão para não cairmos no romantismo da palavra “descoberta”, a América Latina serviu como um núcleo exploratório em diversos aspectos. Como coloca Galeano (1983, p. 41), “[...] os mercados do mundo colonial cresceram como meros apêndices do mercado interno do capitalismo que emergia.” Os inúmeros recursos naturais, já no princípio, foram explorados de forma nefasta e, para que isso acontecesse, eram necessários força de trabalho e, neste cenário, escrava. A apropriação da força de trabalho cativa, majoritariamente foram dos povos originários e dos povos africanos, retirados à força de suas comunidades.

A economia girava, principalmente, em torno da produção de latifúndios²⁶ “[...] subordinada às necessidades estrangeiras e financiada, em muitos casos, do exterior,

²⁶ “O sucesso econômico dos latifúndios açucareiros no Brasil se baseou no sistema capitalista de cunho escravista-mercantil que, mediante o uso intensivo de mão de obra escrava africana, permitiu o cultivo em larga escala da cana-de-açúcar e, ainda, de outros gêneros primários (cacau, algodão, fumo etc.) direcionados ao mercado externo em crescimento, havendo a conversão maciça de terras improdutivas em terras direcionadas à atividade agrícola monocultora de exportação.” (GAMBA; PIRES, 2016, p. 15-16).

provém em linha reta o latifúndio de nossos dias [...]” (GALEANO, 1983, p. 72). Por consequência, “[...] este é um dos gargalos da garrafa que estrangulam o desenvolvimento econômico da América Latina e um dos fatores primordiais da marginalização e da pobreza das massas latino-americanas.” (GALEANO, 1983, p. 72). O mercado também foi marcado pela extração de metais preciosos, como o ouro e a prata, que tinham grande valor²⁷. “O valor das exportações latino-americanas de metais preciosos foi, durante prolongados períodos do século XVI, quatro vezes maior que o valor das importações, compostas por escravos, sal e artigos de luxo.” (GALEANO, 1983, p. 41). As formas de exploração se diferenciavam de território para território, incluindo a organização do trabalho, já que existiam diferenças culturais, regionais e materiais²⁸.

O descobrimento das jazidas de ouro e prata da América, a cruzada de extermínio, escravização e sepultamento nas minas da população aborígene, o começo da conquista e o saqueio das Índias Orientais, a conversão do continente africano em local de caça de escravos negros: são todos feitos que assinalam os alvores da era de produção capitalista. Estes processos idílicos representam outros tantos *fatores fundamentais* no movimento da *acumulação original*. (MARX, 1975, p. 638 *apud* GALEANO, 1983, p. 39).

No período colonial, os povos originários e africanos foram obrigados a despovoar de suas terras e renunciar sua cultura, além do genocídio das comunidades indígenas e dos abusos sexuais cometido as mulheres pelos colonizadores. Isso tudo para atender requisições e luxos da classe dominante e da igreja católica que foram fundamentadas na subtração das matérias primas e da escravização para força de trabalho.

Os recursos fluíam para que os acumulassem as nações européias emergentes do outro lado do mar. Esta era a missão fundamental que trouxeram os pioneiros, embora, além disso, aplicassem o Evangelho quase tão freqüentemente como o chicote, aos índios agonizantes. A estrutura econômica das colônias ibéricas nasceu subordinada ao mercado externo e, em consequência, centralizada em torno do setor exportador, que concentrava renda e poder. (GALEANO, 1983, p. 41).

²⁷ “As colônias americanas foram descobertas, conquistadas e colonizadas dentro do processo da expansão do capital comercial. A Europa estendia seus braços para alcançar o mundo inteiro. Nem a Espanha nem Portugal receberam os benefícios do envolvente avanço do mercantilismo capitalista, embora fossem suas colônias as que, em grande parte, proporcionaram o ouro e a prata, que nutriram esta expansão.” (GALEANO, 1983, p. 40).

²⁸ “Os espanhóis fixados a oeste do marco imaginário do Tratado de Tordesilhas obtiveram mais rapidamente os frutos de sua empreitada ao se dedicarem à obtenção de metais preciosos por meio da exploração intensa das populações indígenas Incas – que habitavam a região dos atuais Peru, Bolívia, Chile e Equador –, Astecas – os quais habitavam a região do atual México – e de seus tesouros, pois esses povos conheciam as técnicas metalúrgicas para a extração desses minérios, crescendo a exploração da prata em minas, sobretudo a partir da metade do século XVI, em detrimento do ouro de aluvião que, apesar de descoberto em diferentes regiões da colônia espanhola, escasseava rapidamente em razão da precariedade de sua extração.” (GAMBA; PIRES, 2016, p. 13).

A importância em resgatar historicamente o período colonial, dentre outras coisas, está em sinalizar como as marcas da violência, que tinha, como nos diz Caio Prado Jr., sentido na acumulação dos países de capitalismo central, permanecem ainda hoje sobre o trabalhador livre, e desenha determinantes de agudização do sofrimento na contemporaneidade desses países.

Assim, as riquezas oriundas da América Latina financiaram a economia dos países ditos de “primeiro mundo”, como não só financiou como ainda financia, ela sim é a base da acumulação primitiva europeia. “[...] Sob tais condições societárias, o tipo legal e político de dominação colonial adquiriu o caráter de exploração ilimitada, em todos os níveis da existência humana e da produção, para o benefício das Coroas e dos colonizadores.” (FERNANDES, 1972, p. 13). Por outro lado, os que aqui viviam, como os que vivem, padecem das mazelas deixadas por eles, como o desemprego, fome e a miséria.

[...] o modo de produção das colônias hispano-americanas não foi feudal. Tampouco apresentava os traços distintivos de uma nação capitalista moderna e industrial. As origens do capitalismo na Colônia foram diferentes que as da Europa. A história não transcorre em linha reta. A América Latina não seguiu o processo clássico do capitalismo europeu, já que passou diretamente das comunidades primitivas a um capitalismo incipiente, basicamente produtor de metais preciosos e matérias primas. (VITALE, 2013, p. 172-173 *apud* VALENCIA, 2019, p. 54).

O continente latino-americano adequou-se às exigências colocadas pelo mercado externo desde o período colonial e, hoje, concentra-se um grande número de exército reserva, possibilitando aos capitalistas força de trabalho barata. As matérias primas são comercializadas por preços baixíssimos, podemos considerar até irrisórios. As mercadorias exportadas ainda são estabelecidas através dos *commodities* e o processo tecnológico interno não tem investimento de capital, pois também condiciona a dependência dos países em “via de desenvolvimento” para aqueles “desenvolvidos”.

Antes de darmos continuidade, precisamos mencionar que a América do Norte não acompanhou o mesmo processo da América Latina, isso se deu por diversos motivos, como questões religiosas e políticas. A Inglaterra buscava ampliar suas terras, fomentando o crescimento da indústria e da liberdade econômica, sendo sustentado através do trabalho, diferente da América Latina que usou a escravidão. Além disso, ocorreu o movimento de emigração dos ingleses para a América do Norte, com o intuito de povoar, consequência das disputas ideológicas. Isso facilitou que sua independência, em relação ao governo britânico, fosse mais rápida.

Retornando ao nosso debate, a trabalhadora e trabalhador do período colonial, ou melhor, a escrava e o escravo do período colonial, eram subordinados a longas jornadas de trabalho. “Os indígenas eram submetidos a agressões e a condições de trabalho perigosas, desumanas e degradantes, o que contribui também para a rápida dizimação das civilizações indígenas na América espanhola.” (GAMBA; PIRES, 2016, p. 13-14)²⁹. Desta maneira, “[...] na América portuguesa houve o predomínio da força de trabalho escrava, nos primórdios da colonização utilizou-se o indígena, porém, o negro africano foi mais amplamente utilizado nos sistemas de produção coloniais pelo capital escravista-mercantil.” (GAMBA; PIRES, 2016, p. 17).

Concomitante a este momento em que viviam as colônias, meados do final do século XIX, a revolução industrial estava se sucedendo na Europa. A escravidão, então, já não era mais assente ao modelo de produção da época. Um dos motivos é porque era primordial a venda dos produtos que estavam sendo produzidos em grande escala, para isso, era necessário o trabalho assalariado para a trabalhadora e trabalhador efetuar compras, mínimas que fossem, para continuar o sistema de produção em massa. Além do mais, no capitalismo, o trabalho deve ser necessariamente livre, pois quanto maior a heterogeneidade na divisão social do trabalho, maior a dominação.

Em fins do século XIX, na Europa o trabalho escravo já não era mais utilizado no sistema capitalista, sobretudo com a consolidação do liberalismo econômico e do capitalismo industrial que utilizaram amplamente o trabalho “livre” assalariado. A escravidão havia sido abolida em muitos países e o tráfico de escravos africanos estava proibido, reflexo da intervenção da Inglaterra e de outros países industrializados que buscavam a ampliação dos mercados consumidores para seus produtos manufaturados. É nesse período que nas Américas espanhola e portuguesa se inicia a implantação do trabalho “livre” assalariado. Os países da América Latina, agora independentes das metrópoles ibéricas, passaram a ser os mercados consumidores dos produtos industrializados da Europa e dos Estados Unidos da América (EUA), e os fornecedores de matérias-primas com base numa mão de obra assalariada a baixíssimos custos, sendo inseridos numa “nova” divisão internacional do trabalho. (GAMBA; PIRES, 2016, p. 17).

Assim, com a expansão comercial, a América Latina também se estabeleceu por meio do trabalho “livre”. Um fator importante é que, para as novas mãos de obras assalariadas, houve estímulos para emigração de trabalhadores de outros países. E,

²⁹ “[...] O trabalho se iniciava pela manhã de terça-feira e continuava de modo ininterrupto até sábado à noite com jornadas de trabalho de sol a sol. Os indígenas eram submetidos ao excesso de trabalho em condições degradantes nas minas, favorecendo uma gama variada de doenças, principalmente respiratórias. Os mitayos – termo utilizado para aqueles que trabalhavam nas minas – eram obrigados a longos deslocamentos, muitos não resistiam ao longo trajeto e morriam antes de chegar às minas.” (GAMBA; PIRES, 2016, p. 14).

mais uma vez, a escrava e o escravo, que agora eram trabalhadoras e trabalhadores “livres”, perdem a possibilidade de conseguir seu sustento, que antes era cedido pelos escravistas, mesmo que de forma irrisória como alimento e teto, pois não havia como competir com trabalhadores com maiores níveis de formação relacionados à maquinaria, por exemplo.

O assalariamento do trabalho “livre” nos países latino-americanos ganha preponderância com a transição de um capitalismo escravista-mercantil e agrário-exportador para um capitalismo urbano-industrial periférico em fins do século XIX e início do século XX, sobretudo com a eclosão da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais, respectivamente 1914-1918 e 1939-1945, quando a América Latina passou a abastecer o comércio internacional com seus produtos e matérias-primas se inserindo na “nova” divisão internacional do trabalho a qual passou por diferentes etapas, acompanhando o desenvolvimento histórico do capitalismo. Tal divisão se iniciou a partir de relações mercantilistas que marcaram o comércio entre metrópoles europeias e colônias de exploração, latino-americanas principalmente, até a configuração de relações entre países, chamados desenvolvidos, e outros considerados subdesenvolvidos ou periféricos no âmbito do capitalismo global. (GAMBA; PIRES, 2016, p. 19).

Neste momento, chegamos à transição da segmentação entre colônia x metrópole. O que isso significaria para os países colonizados e quais foram seus impactos? Dependência econômica, morosidade dos processos tecnológicos, a supressão de melhores condições de trabalho e de vida, consequência também da dificuldade da organização de classe sindical por conta da nova conjuntura em que se apresentava, dentre diversos outros aspectos que se esbarram nos nossos dias atuais³⁰.

Para o propósito deste trabalho, recuperar os elementos da organização produtiva colonial cumpre a função de demonstrar a relação de dependência dos países latino-americanos. Dependência que se constrói no processo histórico e caracteriza a exploração capitalista contemporânea neste território.³¹ Exploração que, como já exposto, é para nós, chave de leitura do sofrimento da trabalhadora e do

³⁰ “[...] Com a tendência do capitalismo dependente a criar padrões de reprodução voltados aos mercados externos. É um capitalismo em que o poder de consumo dos trabalhadores das regiões para as quais exporta é mais importante que a própria economia local. Ao analisar a história econômica da região se constata precisamente que o chamado período de industrialização é apenas um breve parêntese numa longa história do predomínio de padrões exportadores na América Latina: o primeiro agro-mineiro exportador e, na atualidade, o de especialização produtiva.” (OSÓRIO, 2013, p. 65).

³¹ “As relações entre as diferentes nações dependem do estágio de desenvolvimento em que cada uma delas se encontra, no que concerne às forças produtivas, à divisão do trabalho e às relações internas. Este princípio é universalmente reconhecido. Entretanto, não só as relações entre uma nação e outra, mas também toda a estrutura interna de cada nação, dependem do nível de desenvolvimento de sua produção e de seus intercâmbios internos e externos. Reconhece-se da maneira mais patente o grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas de uma nação pelo grau de desenvolvimento alcançado pela divisão do trabalho [...]” (MARX; ENGELS, 1998, p. 11-12).

trabalhador. Trataremos acerca da dependência com maior assiduidade no primeiro subtópico deste capítulo.

3.1 Contexto dos países dependentes latino-americanos e o sofrimento da classe trabalhadora

Neste subtópico, buscaremos elaborar uma breve síntese sobre as características da dependência e da dominação dos países imperialistas em relação a América Latina, utilizando autores que trabalham com a TMD (Teoria Marxista da Dependência). Discorrer sobre a exploração destes países nos ajuda a compreender minimamente o sofrimento da trabalhadora e do trabalhador latino-americanos, pois a saúde mental, no sentido deste trabalho, está associada à exploração, ou melhor, a superexploração.

Primeiramente, precisamos esclarecer que, mesmo que pareça ser óbvio, países titulados como “subdesenvolvidos” não chegarão no sonhado “desenvolvimento”, tão aclamado e ovacionado pela burguesia nacional. Marini nos indica que

[...] não é acidental portanto a recorrência nos estudos sobre América Latina a noção de “pré-capitalismo”. O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá se desenvolver jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo sui generis, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional. (MARINI, 2011, p. 132).

Uma das teorias mais tratadas na contemporaneidade é a TMD. Podemos considerar dois pontos que diferenciam direções dela. Valencia (2019) expõe dois conceitos de movimento, a primeira pela classe burguesa, defendida por Fernando Henrique, por exemplo, que falaremos posteriormente, “[...] e a representada por Marini e outros autores e investigadores, interessados em aprofundar o tema da dependência para explicar fenômenos mundiais e latino-americanos [...]” (VALENCIA, 2019, p. 61). Dessa forma, “[...] essas duas vertentes, sob o ponto de vista político-ideológico, cristalizaram-se na caracterização da primeira como burguesia-nacionalista e reformista, enquanto a outra foi denominada como revolucionária e marxista.” (VALENCIA, 2019, p. 61).

[...] a formulação da teoria da dependência (ou das teorias da dependência) como verdadeiro eixo de desenvolvimento dessa nova ciência latino-americana, já que com ela se introduz um novo paradigma para a interpretação da situação do subcontinente; e também, logicamente, para a ação política. (BETANCOURT, 2001, p. 276 *apud* VALENCIA, 2019, p. 52).

Como supracitado, a teoria possui alguns aspectos diferentes, como a Teoria da Dependência empreendida por Fernando Henrique que, inclusive, foi um atroz ao privatizar inúmeras empresas estatais brasileiras na década de 1990. O caminho seguido por este pensador e ex-presidente do nosso país, juntamente com sua equipe de governo, não era de fato uma libertação dos países dependentes, mas sim, implementar procedimentos, da mesma forma que a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com ideias de que os países poderiam se desenvolver como os de capitalismo imperialista, isto é, independentes, pois “[...] a modernização é a chave para “superar o subdesenvolvimento e o atraso [...].” (VALENCIA, 2019, p. 30). Sabemos que isso tem grandes dificuldades, pois os países imperialistas, em especial os EUA, por exemplo, são sustentados pela América Latina e pelos países periféricos. Isto é, uma falsa tentativa de replicar o desenvolvimento europeu na América Latina, que é incentivado pela burguesia e até por algumas tendências da esquerda, submissas as reformulações dos países imperialistas.

A TMD estabelecida por autores como Marini e Bamberger, dentre outros, buscaram compreender a teoria de forma crítica, para analisar a realidade latino-americana e, de fato, apresentar caminhos para uma revolução e emancipação dos países dependentes. Na perspectiva da teoria, é realizado um processo de dependência dos países latino-americanos para com os países imperialistas, através da superexploração que ocorre nas vidas das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Na perspectiva da TMD - a que nos interessa aqui -, o desenvolvimento histórico e estrutural do capitalismo dependente não aparece como algo “externo” ao sistema imperialista (teorias do enfoque, do endogenismo e da Cepal), mas como parte subordinada e constitutiva deste. Esta última linha de compreensão sintetiza a ideia da TMD que, em sua expressão teórico-metodológica, capta a existência de cinco formas históricas de dependências. (VALENCIA, 2019, p. 63).

As cinco formas que Valencia (2019) coloca são: “a dependência tradicional” que se refere ao período colonial; “dependência comercial-exportadora”, no cenário da oligarquia fundiária; “dependência financeira-industrial”; “dependência representada pelo binômio tecnológico-indústria” e a “dependência neoliberal financeira-tecnológica” (VALENCIA, 2019, 64-65), consideramos que o autor, neste momento, incorpora as mudanças contemporâneas de dominação e dependência. O

autor faz uma linha temporal das formas de dependência vividas na latino-america.³²

Inicialmente, “[...] de acordo com Marini, a teoria da dependência *não nasce* como pensamento marxista, ela *incorpora* instrumentos marxistas, e na medida em que avança sua análise surge a necessidade do marxismo, até finalmente se integrar por completo no campo do marxismo.” (VALENCIA, 2019, p. 53). Dessa forma, não podemos nos descuidar ao pensarmos que a TMD nega o materialismo histórico e dialético, pelo contrário, ela se imerge e mergulha por intermédio da teoria marxista.

[...] Também é preciso considerar que toda mudança ou transformação estrutural e material que acontece na sociedade e em seu conjunto de relações sociais e políticas necessariamente repercute, mais cedo ou mais tarde, de alguma forma no pensamento social e em suas diversas expressões teóricas e correntes que o constituem historicamente tanto em seus métodos, quanto em seu conceitos e categorias de análise. [...] E um pensamento vivo porque, como escreveu Marini e sua *Memoria* “... retomar o fio da teoria da dependência como ponto de partida significa reencontrar o melhor do pensamento da esquerda [...]”, ainda que certamente, como o mesmo Marini adverte, isso não significa dar uma resposta absoluta à atual problemática latino-americana e mundial. Esta última é uma tarefa geral do pensamento crítico e marxista latino-americano em seu conjunto, e não obra individual, como se acredita, de alguns “intelectuais iluminados”. (VALENCIA, 2019, p. 65-67).

E afinal, o que significa o conceito de superexploração? Recuperamos a teoria do valor, em que a exploração acontece a partir do momento que o capitalista explora o tempo de trabalho excedente para a reprodução, forçando à produção de mais valor - ou mais valia - pelo proletariado. O conceito da superexploração, da trabalhadora e do trabalhador inseridos na América Latina, países marcados pela dependência, significaria que, a exploração vai para além da porção do valor excedente, mas também em outros aspectos. Vejamos:

A superexploração é uma *forma particular de exploração* e esta particularidade consiste em que é uma exploração na qual o *valor da força de trabalho é violado*. Tal violação pode ocorrer por diversos mecanismos, seja no mercado – no momento de sua compra e venda –, seja no próprio processo de trabalho – por um desgaste “anormal”, extensivo ou intensivo. Em todo caso, o salário recebido já não é equivalente ao valor da força de trabalho, não cobre seu valor diário ou seu valor total. A isso se refere Marini ao assinalar que “a superexploração é [...] definida pela maior exploração da força física do trabalhador [...] e tende normalmente a se expressar no fato

³² “A transferência de lucros e, conseqüentemente, de mais-valia para os países industriais aponta no sentido de formação de uma taxa média de lucro em nível internacional, liberando, portanto, o intercâmbio de sua dependência estrita em relação ao valor das mercadorias; em outros termos, a importância, que, na etapa anterior, tinha o valor como regulador das transações internacionais cede progressivamente lugar à primazia do preço de produção (o custo de mais-valia, no caso dos países dependentes). Somente então se pode afirmar que (apesar de seguir estorvada por fatores de ordem extraeconômica, como por exemplo, os monopólios coloniais) a economia internacional alcança sua plena maturidade e faz jogar em escala crescente os mecanismos próprios de acumulação de capital.” (MARINI, 1973, p. 32).

de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real". (OSÓRIO, 2013, p. 49).

Osório (2013, p. 50), ainda em relação a Marini, salienta que:

Em várias passagens de Dialética da dependência Marini fala da "superexploração do trabalho" ou de que "o trabalho se remunera abaixo de seu valor", o que acaba gerando confusões. Mas a leitura do livro em sua totalidade não deixa dúvidas de que o autor se refere à violação do valor da força de trabalho, conforme trata de precisar no post-scriptum do pequeno livro, de onde foi retirada a citação anterior.

De acordo com Marini (1973), a categoria de superexploração é um fenômeno que pode ser observado através de três relações, sendo elas: um aumento do tempo trabalhado, o aprofundamento da exploração da força produtiva e o momento em que o tempo fora do trabalho também é utilizado. Assim sendo, o trabalhador é mais explorado, e, normalmente, o trabalho é aquele mais mecanizado³³. "[...] O capital se apropria do fundo de consumo e/ou do fundo de vida do trabalhador." (LUCE, 2013, p. 146). Luce (2013) é categórico ao dizer que as especificidades aludidas, não podem ser confundidas apenas pela personificação da captura da mais-valia ou apenas uma intensiva maior de exploração. Posto isto,

[...] os três mecanismos identificados — a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho — configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. (MARINI, 1973, p. 12).

O que acontece é que, para manter a taxa de lucro, o país imperialista adquire mais-valia dentro do seu território e busca, no caso nos países dependentes e periféricos, o valor excedente que ele "não" lucrou na produção de determinada mercadoria no seu país. Em outras palavras, o trabalhador do país desenvolvido utilizou-se um tempo menor, ou seja, de força de trabalho para produzir algo. O capitalista, em sua corrida pelo lucro, busca em outros países a extração do valor que

³³ "Vimos que o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações do mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta da forma clássica; diferentemente do primeiro, trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente aos dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal, pelo qual "o fundo necessário de consumo do operário converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação do capital", implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente." (MARINI, 1973, p. 11).

não foi produzido³⁴. Por isso, associado à ideia de sofrimento a exploração por intermédio da alienação tipicamente capitalista, ao que tudo indica, a classe trabalhadora posta a superexploração está associada a maior sofrimento. Neste caso, o que se supõe é que os indicadores em saúde mental, relacionados ao sofrimento do trabalho, em países de capitalismo dependente sejam mais acentuados.

Podemos compreender que, o que acontece com a classe trabalhadora latino-americana é um dos traços mais particulares da barbárie e precisamos ter em mente que ela já está manifestada no modo de produção capitalista.

[...] A tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo. (MARINI, 1973, p. 17).

Assim:

O dramático para a população trabalhadora da América Latina é que essa hipótese foi cumprida amplamente: a existência de reservas de mão de obra indígena (como no México), ou os fluxos migratórios derivados do deslocamento de mão de obra europeia, provocado pelo progresso tecnológico (como na América do Sul), permitiram aumentar constantemente a massa trabalhadora, até o início do século 20. Seu resultado tem sido o de abrir livre curso para a compressão do consumo individual do operário e, portanto, para a superexploração do trabalho. (MARINI, 1973, p. 17).

Além disso, Osório (2013), coloca que a superexploração pode acontecer em todos as localidades, não apenas aqui na América Latina, já que

existem regiões e economias onde a superexploração constitui o fundamento da reprodução do capital, isso não significa que a superexploração não se faça presente em todo o sistema mundial capitalista. A civilização capitalista tem seu correlato de barbárie no próprio interior dos países imperialistas. O mesmo ocorre com a riqueza e sua expressão na pobreza. Ou então com o exército de trabalhadores ativos e os subempregados, desempregados e *paupers*. E se dá igualmente no capitalismo dependente: existem ilhotas civilizatórias e de riqueza; não há apenas barbárie, pobreza, desempregados e subempregados. Não entender isso é o que leva autores como Hardt e Negri a dizerem que em nossos dias a distinção entre centros e periferias não tem mais sentido, dado que “os estabelecimentos fabris sem conforto de Nova York e Paris rivalizam com os de Hong Kong e Manila”. Ainda mais contundente é seu argumento de que num mundo cada vez mais integrado pelos processos globais de produção, entre “Estados Unidos e Brasil, Inglaterra e Índia [...] não existem diferenças de natureza, apenas de grau”, pois existiria um “terceiro-mundialização” do Primeiro Mundo e uma “primeiro-mundialização” do Terceiro Mundo, de modo que esses mundos estão totalmente “misturados”. (OSÓRIO, 2013, p. 67).

³⁴ “[...] A característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho.” (MARINI, 1973, p. 13).

Bem, como situamos no capítulo dois, o mercado mundial teve enclaves externos e vinculação de economias mundiais, sendo elas, colônias de povoamento e colônias de exploração. Alguns países latino-americanos conseguiram se desenvolver melhor pelo próprio processo da colonização de cada lugar, isso se expressa de diversas maneiras, como matérias primas etc. e configuram suas organizações atuais. (OSÓRIO, 2013).

É indispensável apreender sobre a dominação dos EUA sobre os países Latino-Americanos e Caribenhos. Atualmente, em relação a estes territórios, a dependência está amplamente ligada a este país, que é um dos maiores consumidores e autocratas do globo. É crucial entender como o controle mundial dos EUA, que possui domínio, grandes monopólios e oligarquias, alteram a economia de todas as regiões.

Florestan (1972) coloca que, após a II Guerra e quando a reestruturação do capitalismo de países imperialistas e centrais estavam em jogo “[...] o novo padrão de imperialismo é, em si mesmo, destrutivo para o desenvolvimento dos países latino-americanos [...]” (FLORESTAN, 1972, p. 21). Claro, podemos dizer que nunca se realizou o desenvolvimento, mas neste caso específico,

[...] não possuindo condições para um crescimento auto-sustentado, para integração nacional da economia e para uma rápida industrialização, os países capitalistas da América Latina estavam tentando explorar uma espécie de miniatura do modelo europeu de revolução burguesa, através de expedientes improvisados e oportunistas [...]. (FLORESTAN, 1972, p. 22).

Sobre a reestruturação e a reformulação dos EUA, foi especialmente possível por conta da superexploração da classe operária e das matérias-primas latino-americanas. “[...] O processo como um todo não é um fenômeno norte-americano. No entanto, os Estados Unidos desempenharam o papel pioneiro e dominante [...]” (FLORESTAN, 1972, p. 23). Essa reorganização econômica estava sendo realizada por todos os países imperialistas, “[...] mas a influência dos Estados Unidos é um caso à parte, devido ao caráter e às consequências de sua expansão econômica na América Latina.” (FLORESTAN, 1972, p. 23). Percebemos nisso, algo cultural também, mas estratégico politicamente, quando o trabalhador(a) brasileiro(a) sai em defesa dos países norte-americanos, acreditando que eles são a nossa referência de progresso. Só aí, já constatamos a importância do estudo da TMD e do trabalho de base dos movimentos sociais.

A hegemonia dos Estados Unidos pode ser contrabalanceada nas nações capitalistas avançadas. Essas nações possuem recursos materiais e humanos para resistir às implicações negativas da empresa corporativa norte-americana, e para limitar e mesmo estabelecer controles seletivos das

conseqüências culturais ou políticas resultantes da supremacia econômica dos Estados Unidos. Os países latino-americanos carecem desses recursos materiais humanos. (FLORESTAN, 1972, p. 23).

O EUA coloca-se como armadura contra o comunismo ou qualquer outra coisa “nociva” que possa cometer no continente latino-americano, ou até mesmo mundial, como de fato um herói. “Os campeões da liberdade e da democracia agora estão apoiando todo tipo de iniquidades, para assegurar os interesses privados de suas empresas corporativas ou o que supõem ser a segurança de sua nação [...]” (FLORESTAN, 2019, p. 25).

Seguindo o pensamento de Florestan (1972) acerca da burguesia nacional brasileira, que se rende a todo custo aos controles de submissão dos EUA, podemos situar o Brasil, com o governo fascista de Jair Messias Bolsonaro. O que Florestan nos pontua em meados dos anos 1970 está em nossa porta, aliás em nossa casa, no século XXI. Enquanto sujeito (aqui classe dominante), no Modo de Produção Capitalista, consente que a vida do outro não vale nada (aqui trabalhador(a)). É exatamente por estas características que, de partida, neste trabalho, afirmamos estar problematizando o sofrimento da trabalhadora e do trabalhador. Retornando a uma passagem do capítulo um sobre alienação tipicamente capitalista, o indivíduo não se vê quando olha para outro indivíduo, aqui dispomos e reforçamos a concepção de Marx, colocando como exemplo o que se trata do processo de submissão da burguesia nacional em relação aos EUA, deixando as trabalhadoras e trabalhadores à mercê, ou melhor, entregues explicitamente a burguesia internacional.

[...] Por outro lado, suas burguesias nacionais e suas elites no poder não estão submetidas a controle público e a pressões democráticas. Em conseqüência, o processo de modernização, iniciado sob a influência e o controle dos Estados Unidos, aparece como uma rendição total e incondicional, propagando-se por todos os níveis da economia, da segurança e da política nacionais, da educação e da cultura, da comunicação em massa e da opinião pública e das aspirações ideais com relação ao futuro e ao estilo de vida desejável. (FLORESTAN, 1972, p. 23).

Não é apenas o Brasil que está sendo dirigido pela centro-direita ou extrema direita. Colômbia, Paraguai, Equador, Chile etc., também estão no movimento de inserção, cada vez maior, do neoliberalismo que vem assolando a América Latina. Estes países possuem forte influência dos EUA. Os países dependentes se tornam mais submissos, em relação a dependência econômica e política, a partir do momento que perpetuam sua própria dependência, tornando-se, literalmente, uma bola de neve, difícil de se desvincular.

Sobre exportação e importação, no processo industrial, a tecnologia, através do maquinário dos países imperialistas, por exemplo, chega prontamente nos países de capitalismo dependente, por meio da importação. Não existe estímulo para que os países latino-americanos tenham autonomia na sua produção de materiais nas áreas científicas, produtivas, domínio industrial, dentre tantos outros aspectos. O que sobra para os países dependentes e periféricos? Em sua maioria, a exportação de *commodities*, como produtos agrícolas, minério de ferro, petróleo, dentre outros. Todos esses elementos situados anteriormente, são explorados de forma nefasta e desastrosa para o meio ambiente.

Do ponto de vista das grandes empresas internacionais, que investem em países dependentes, é muito mais conveniente instalar, nestes países do tipo B, indústrias leves - que requerem um menor dispêndio de capitais e têm acesso a um razoável mercado - e, para produtos mais complexos, como bens de consumo duráveis, instalar, apenas unidades de montagem. É o caso, por exemplo, de muitos artigos de eletrodomésticos; mas, sobretudo, dos produtos especificamente eletrônicos que são apenas montados ou importados diretamente. Para estes países está destinada, portanto, a condição de mercados de reserva para as indústrias localizadas em outras partes. Do ponto de vista da economia nacional, tal situação se torna cada vez mais crítica. A presença de um processo de industrialização feito sobre a base de um controle altamente monopolista e concentrado em alguns setores gera efeitos que desarticulam a economia tradicional sem acarretar, em contrapartida, os efeitos dinamizadores capazes de superar os problemas provocados pela desagregação da antiga estrutura econômica e sem criar as condições para um crescimento efetivo da economia nacional. (BAMBIRRA, 2013, p. 206-207).

Bambirra³⁵ (2013), deixa claro que as questões supracitadas não seguem padrão de país para país, o processo industrial é distinto. “[...] A industrialização se realiza justamente nos ramos que eram atendidos pela produção artesanal ou pela pequena empresa nacional. Esses setores tendem, portanto, a ser substituídos, a ser arruinados.” (BAMBIRRA, 2013, p. 207). Voltamos, novamente, ao capítulo um, no qual relatamos a relação do trabalhador com o produto do seu trabalho.

Sobre as consequências e rumos do capitalismo, “em síntese, pode-se constatar que, do ponto de vista do funcionamento da economia, realiza-se em todos

³⁵ “A dependência manifesta-se de maneira diversa nos diferentes países latino-americanos. Nesse sentido, a tipologia construída por Bambirra (2012) ajuda a compreender como, ao longo desse processo histórico de dependência, ela se diferenciou nos países latino-americanos. A autora divide os países dependentes em três grupos: (i) Tipo A; países com industrialização no entre guerras através de capital nacional, posteriormente desnacionalizado (ii) Tipo B; países com industrialização no pós-guerra, com capital estrangeiro e (iii) Tipo C; países que não se industrializaram.” (VALVERDE; MERCEDES, 2016, p. 4).

os países um processo de monopolização que reflete, ao mesmo tempo, a centralização e concentração industriais [...].” (BAMBIRRA, 2013, p. 215).

O resultado final ao qual o desenvolvimento dependente conduz é, portanto, a agudização das contradições entre a concentração do poder econômico e político das classes dominantes e o conjunto da população dominada. Essa contradição, que leva à radicalização do regime político das classes exploradoras e assume, em muitos países características neonazistas - das quais a melhor expressão é o Brasil - conduz a uma radicalização política acentuada da classe operária, do campesinato pobre e de setores da pequena-burguesia e das classes médias, apontando na direção da superação de suas ilusões nacionalistas e reformistas e orientando-se rumo a uma confrontação em termos de luta de classes. (BAMBIRRA, 2013, p. 217).

Em relação a perspectiva da possível independência latino-americana na estrutura societária vigente, é incongruente, pois as duas são incompatíveis. Não é possível não ser explorado, como classe trabalhadora, no modo de produção capitalista, independentemente do continente. Vemos uma resistência em Cuba, principalmente pelo período em que os EUA têm feito bloqueios econômicos para impedir o crescimento tecnológico e o acesso a bens de consumo e, assim, não consiga se manter sem estar inserido no sistema capitalista.

Em suma, a TMD se vê como uma potência para compreender a realidade latino-americana e a sua subordinação em relação aos países “desenvolvidos”, em especial, os EUA. Marini tem grandes contribuições ao explicar os impactos do fenômeno da superexploração para a classe trabalhadora. As características sociais e econômicas destes lugares nos mostram que a classe trabalhadora está cada vez sendo mais explorada, tendo seus aspectos objetivos e subjetivos condicionados ao modo de produção capitalista.

Dito isso, no que concerne a vida da trabalhadora e do trabalhador, os impactos são extremamente negativos, pois os que estão inseridos nos países dependentes estão no meio dessa dominação política, econômica e cultural. A América Latina e o Caribe são compostos por países com maior taxa de desigualdade no âmbito global³⁶. Na pandemia de covid-19, houve uma intensificação no nível de pobreza desses países, como o desemprego, consequência clara da diferença do capitalismo dependente e capitalismo imperialista. De acordo com o CEERT (Centro de Estudos

³⁶ Dados de 2019: “Ao longo da última década, a América Latina e Caribe alcançou seu menor índice de concentração de renda, mas a região continua sendo a mais desigual do mundo, com um coeficiente de Gini estimado em 0,5. É o que revela uma nova análise da comissão econômica das Nações Unidas para os 33 países latino-americanos e caribenhos, a CEPAL.” (REDAÇÃO NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2019).

das Relações de Trabalho e Desigualdade), o Brasil tem carência colossal acerca da educação básica relativa a outros territórios, “[...] a taxa chega a quase 35%, valor bem inferior ao verificado no Chile, onde o índice fica pouco abaixo dos 70% [...].” (REDAÇÃO NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2019). A reportagem também faz uma análise acerca do saneamento básico, acesso à internet, desigualdades raciais, de gênero e encarceramento da população negra no Brasil (REDAÇÃO NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2019). Como a pobreza é latente, o acesso a alimentação de qualidade também é precário, pesquisas relacionam, inclusive, que a má alimentação altera de forma substancial o desenvolvimento infantil.

Por consequência, podemos supor que quanto maior a exploração, maior é o sofrimento. A caracterização deste, pode aparecer de forma explícita para o indivíduo ou não, considerando que as angústias e os medos são constituídos, por vezes, a algo desconhecido a ele, determinadas pela própria dominação e alienação/estranhamento capitalista. Agora, vamos aproximar o debate na conjuntura do fordismo/taylorismo, relacionado com o cenário contemporâneo da classe trabalhadora, sobretudo brasileira.

3.2 Novas morfologias do trabalho e exploração

Após o breve resgate histórico e análise econômica e política dos países dependentes, entraremos então no presente contexto em que a trabalhadora e trabalhador assalariado vive, pois compreender as novas morfologias do trabalho é essencial para identificar possíveis alterações em suas vidas, dentre elas no que diz respeito ao sofrimento, expresso em algumas patologias identificáveis na clínica médica como somatizações e outras de ordem mais subjetiva, como o estranhamento do trabalho no capitalismo. A trabalhadora e o trabalhador, se encontra em uma conjuntura que acentua a cada dia o desemprego estrutural, a precarização e a desestruturação dos direitos trabalhistas conquistados historicamente. Posteriormente, faremos uma síntese dos modelos de produção, quais foram os seus impactos no mundo do trabalho relacionando com alguns dados sobre a condição da trabalhadora e do trabalhador no Brasil.

Como é sabido, taylorismo/fordismo foram modelos de organização norte-americanos de produção das indústrias do final do século XIX ao XX, se expandindo para diversos países, com o objetivo da produção em massa e do aumento da

produtividade ao menor custo possível, além de fomentar o consumo da população. Nestes modelos, de forma geral, a subjetividade da trabalhadora e do trabalhador não eram fundamentais nos processos de produção, mas sim, o seu exercício específico na linha de montagem.³⁷ Deste modo, no fordismo “o trabalhador permanece fixo em seu posto de trabalho. O fluxo contínuo das peças na esteira rolante, evita o deslocamento do trabalhador, reduzindo a porosidade, e assim, se requer pouco tempo para formação e treinamento dos trabalhadores” (CARMO, 2012 p. 41), e “[...] o taylorismo reduzia, na medida em que separava gerência científica e execução, o trabalhador a um executor brutalizado, uma vez que esse trabalhador ou trabalhadora executava operações rigidamente programadas, definidas e controladas.” (ANTUNES, 1999, p. 56).

O trabalho massificado ganha condições de trabalho precário, reforçado por uma segunda característica fordista, a racionalização da produção através do parcelamento de tarefas fundado na tradição taylorista. Parcelamento de tarefas implica que o trabalhador não necessita mais ser um artesão especialista em mecânica, sendo necessária apenas resistência física e psíquica num processo de produção constituído por um número ilimitado de gestos, sempre os mesmos, repetidos ao infinito durante sua jornada de trabalho. (GOUNET, 1999 *apud* PERES, 2004).

Precisamos considerar o contexto em que este padrão de industrialização toma vigência, logo no início da pós-guerra em que os países da Europa e da Ásia Oriental estavam no processo de reconstrução econômica, social e cultural. “[...] a internacionalização do fordismo deu-se sob uma conjuntura de regulação político-econômica mundial centrada no poderio dos Estados Unidos, que exercia seu domínio por meio de um sistema de alianças militares.” (CARMO, 2012, p. 46).

Esta processualidade atinge, também, ainda que de modo diferenciado, os países subordinados de industrialização intermediária, como Brasil, México, Argentina, entre tantos outros da América Latina que, depois de uma enorme expansão de seu proletariado industrial nas décadas passadas, passaram a presenciar significativos processos de desindustrialização, tendo como resultante a expansão do trabalho precarizado, parcial, temporário, terceirizado, informalizado etc., além de enormes níveis de desemprego, de trabalhadores(as) desempregados(as). (RICARDO; ALVES, 2004, p. 337).

O Estado³⁸ teve um papel fundamental para a consolidação do fordismo, constituindo-se como intermédio dos interesses capitalistas e do proletariado. É

³⁷ “Nas tarefas repetitivas, os comportamentos condicionados não são unicamente consequências da organização do trabalho. Mais do que isso, estruturam toda a vida externa ao trabalho, contribuindo, deste modo, para submeter os trabalhadores aos critérios de produtividade. A erosão da vida mental individual dos trabalhadores é útil para a implantação de um comportamento condicionado favorável à produção. O sofrimento mental aparece como intermediário necessário à submissão do corpo.” (DEJOURS, 1987, p. 96)

³⁸ “[...] Com a emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular ao lado da sociedade civil e fora dela; mas este Estado não é outra coisa senão a

relevante destacar que o Estado sempre se reorganiza para o atendimento das demandas postas para a manutenção da reprodução capitalista. Na tentativa de minimizar os conflitos entre as duas classes, em virtude das lutas dos trabalhadores que já ocorriam desde o final do século XIX, foi firmado o compromisso fordista³⁹. Tal compromisso dispunha dos interesses dos três agentes, Estado, capital e proletariado, negociado pelas representações organizativas, o último pelos sindicatos.

Uma importante característica do fordismo, então, é a relação entre sindicalização da classe trabalhadora e processos de trabalho fordistas, que levou, contraditoriamente, ao acirramento da contestação aos processos de trabalho e aos conflitos entre capital e trabalho. Este exasperado embate trouxe a reboque outros fenômenos importantes, a saber: queda nos níveis de desemprego e, conseqüente, aumento da segurança no emprego além de aumentos reais de salário, seja direta (remuneração) ou indiretamente (serviços públicos e benefícios sociais). No gozo desta segurança no emprego, o trabalhador era capaz de projetar sua vida, planejando sua velhice e o futuro da família. Desta forma, a ideia de Ford de produção em massa e consumo em massa se deu no mesmo processo em que a classe operária passou a exigir uma fatia maior da riqueza socialmente produzida. Nos países em que o fordismo se desenvolveu com plenitude, pode-se observar um ciclo virtuoso de crescimento econômico, bem como crescimento da organização sindical e maior proteção social aos trabalhadores dividindo parte das opressões do mercado, o que provocava certa estabilidade social. (CARMO, 2012, p. 41).

Este acordo se apresenta com diversas contradições, como coloca BIHR (2010), por um lado o Estado assegurava ao trabalhador melhores condições, em conformidade com a seguridade social, saúde, alimentação e estabilidade profissional. Por outro, consistiria na renúncia dos processos revolucionários antecedentes. “A possibilidade de ter uma vida, se não agradável, pelo menos suportável. Nessa linha, o Estado proporcionará a satisfação de algumas necessidades ao proletariado, na medida em que isso também permitir melhor controlá-lo.” (BIHR, 2010 *apud* CARMO, 2012, p. 45, grifo do autor).

É preciso compreender que todo esse processo não ocorreu de forma homogênea por todos os países⁴⁰, “pelo contrário, os países subdesenvolvidos,

forma de organização que os burgueses dão a si mesmos por necessidade, para garantir reciprocamente sua propriedade e os seus interesses, tanto externa quanto internamente.” (MARX; ENGELS, 1998, p. 74).

³⁹ “Esse compromisso levou à burguesia a escapar da ameaça revolucionária que se fazia presente e neutralizar parte do conflito proletário. O capital tinha sua fonte de legitimidade e a base do valor na satisfação das necessidades fundamentais do proletariado. Para o proletariado este compromisso significou “o direito de negociar as condições de sua dominação.” (BIHR, 2010, p. 39 *apud* CARMO, 2012, p. 45).

⁴⁰ “[...] podemos observar um processo de expansão do capital em direção às áreas antes marginalizadas ou subutilizadas no processo de acumulação capitalista, provocando a integração de todas as partes do globo no processo de geração do valor. Mas, as grandes transnacionais continuam a intervir de forma essencial no núcleo do capitalismo mundial como são os casos da América do

tenham seu desenvolvimento subordinado, devendo se ajustar aos movimentos realizados pelos centros maiores, que estavam em constante inovação e expansão.” (CARMO, 2012, p. 47). Aqueles denominados em “via de desenvolvimento”, como os países da América Latina, bem como o Brasil, não acompanharam as consolidações que ocorriam nos países centrais, consoantes aos salários, o Estado de Bem-Estar Social, dentre outros aspectos.

Contudo, devemos observar que o subdesenvolvimento não é parte de uma sucessão de eventos de caráter evolutivo que tende ao pleno desenvolvimento. É o subdesenvolvimento um momento singular da história, a forma de desenvolvimento capitalista de ex-colônias cuja função histórica é o fornecimento dos elementos da acumulação de capital ao centro. É exatamente essa característica que impediu os países subdesenvolvidos, como o caso do Brasil, de “evoluir” em direção a estágios superiores da acumulação capitalista. (CARMO, 2012, p. 53).

Nos anos 70, houve um esgotamento dos modelos vigentes do período, uma vez que, com a queda das taxas de lucro, o capital atingiu sua crise estrutural. Isso se deu, sobretudo, mediante a saturação do mercado e do decréscimo do consumo, somado ao levante da classe operária por melhores condições de trabalho, que já estava debilitada com a intensificação e a precarização.

A crise estrutural ocorrida no final da era fordista era resultado, ainda, do sentido destrutivo da lógica do capital, verificado na tendência decrescente do valor de uso das mercadorias e na exploração cada vez maior do trabalhador, caracterizada pela intensificação do trabalho e da deterioração das condições laborativas. Um modelo de produção no qual vigora um desrespeito evidente pela força humana que trabalha e cujos produtos têm cada vez menos vida útil (onde se observa um menosprezo também pelo público consumidor, peça fundamental do lucro mercadológico), não poderia ter outro fim senão o perecimento. (PERES, 2004, p. 3).

Ribeiro (2015) destaca que a revolta se expandia para todos os setores, entre eles dos estudantes secundaristas da França, chamado “O Maio de 1968”, “[...] tratava-se, na realidade, de uma resistência, cujo conteúdo político era manifestado num certo esgotamento desta forma de controle do capital sobre o trabalho.” (DRUCK, 1999, p. 68 *apud* RIBEIRO, 2015, p. 73). Assim, o capitalismo, com suas multifaces, precisava se renovar e criar novas estratégias para superar sua crise.

Na corrida para a superação da instabilidade econômica, que sobretudo assolava os EUA, o Japão⁴¹ ganhou evidência com o novo modelo de produção,

Norte, Europa Ocidental e a região Ásia-Pacífico. Os países subdesenvolvidos são, sobretudo, fonte de trabalho barato e exploração de *commodities*.” (CARMO, 2012, p. 57).

⁴¹ “A cultura japonesa não erigiu uma distinção clara e nítida, como no mundo ocidental racional-burocrático, entre o mundo familiar e o mundo do trabalho. Esse é um fator cultural que interferirá nos padrões de produção que surgirão no Japão no pós-guerra. Outro fator é que o Japão havia saído destruído da segunda guerra mundial e houve, por parte do governo, um forte apelo ao trabalho para a reconstrução do país e para reerguer a economia. Esse quadro cultural e histórico contribuiu para o

denominado Toyotismo. Antunes (1999) diz que isso só foi possível no país, após o desmantelamento das representações das classes trabalhadoras. Neste cenário, o trabalhador vai para além das funções mecanizadas estabelecidas nos modelos anteriores, sua subjetividade ganha uma importância maior nos processos de produção, não em razão de sua legitimação, mas apenas porque se torna necessária para a reprodução do capital⁴². “[...] O capital "destrói", então, o operário executor e "constrói" o profissional polivalente, flexível, participativo, organizativo e altamente especializado [...]” (PERES, 2004, p. 6).

O operário tido não só como apêndice da máquina, mas também como ser pensante, consciente e integrado ao processo produtivo cria bases de um novo modelo de produção, o toyotismo. Se antes se procurava manter o operário longe das decisões organizacionais relacionadas à produção, no toyotismo há uma inversão de valores, com a valorização do operário participativo, integrado ao processo produtivo. Da mesma forma, se no modelo anterior a lei era um operário/uma máquina, no toyotismo passa a vigorar o operário polivalente e multifuncional, capaz de trabalhar com diversas máquinas simultaneamente. Surge o que se chama de flexibilidade profissional, na qual se verifica a mescla entre elaboração e execução de tarefas e estratégias organizacionais. (PERES, 2004, p. 5).

Como pontua Druck, as principais características do toyotismo são:

I) o sistema de emprego adotado pelas grandes empresas constituído por: a) o chamado emprego vitalício, apesar de não existir nenhum contrato formal, b) a promoção por tempo de serviço; c) a admissão do trabalhador não é realizada para um posto de trabalho, mas para a empresa, num determinado cargo, ao qual corresponde um salário; II) sistema de organização e gestão do trabalho: Just-in-time – produzir no tempo certo, na quantidade exata; Kanban – placas ou senhas de comando para reposição de peças e estoques; qualidade total – envolvimento dos trabalhadores para a melhoria da produção; trabalho em equipe – a organização do trabalho está baseada em grupo de trabalhadores polivalentes que desempenham múltiplas funções. III) o sistema de representação sindical: os sindicatos por empresa são integrados à política de gestão do trabalho. Os cargos assumidos na empresa confundem-se com os do sindicato. IV) Sistema de relações interempresas: são relações muito hierarquizadas entre as grandes empresas e as pequenas e médias. Ocorre subcontratação de pequenas e microempresas extremamente precárias e instáveis. Essa rede de subcontratação é fundamental para o modelo japonês de produção. Além do que existe uma hierarquia entre as grandes e médias e pequenas empresas que colocam

surgimento de um novo padrão de produção, que se diferenciou em muitos aspectos do taylorismo-fordismo, denominado toyotismo ou ohnismo. O toyotismo, como via japonesa de expansão e consolidação, é uma forma de organização do trabalho que nasceu na Toyota, no Japão do pós-45, e que, muito rapidamente se propaga para as grandes companhias daquele país.” (RIBEIRO, 2015, p. 74).

⁴² “O toyotismo, como um experimento do capital, avançou ainda mais profundamente, percebendo que era possível se apropriar do saber fazer intelectual do trabalho. Mas para isso era preciso envolver o trabalhador nesse processo, dar ao trabalhador a aparência de que efetivamente dispunha de autonomia para pensar no que é melhor para a empresa. Foi o trânsito de uma forma mais claramente despótica, para uma outra forma, digamos assim, aparentemente menos despótica. Uma forma relativamente menos despótica, mas que tem como contrapartida a condição para envolver a subjetividade do trabalhador nesse processo, de envolvê-lo de modo completamente manipulado e subordinado aos interesses exclusivos da empresa e do capital [...]” (ANTUNES, 1999, p. 56).

estas últimas em posição de subordinação. (DRUCK, 1999 *apud* RIBEIRO, 2015, p. 74).

Essas novas configurações, agregadas ou não à forma taylorista/fordista, se expandiram para todo o globo. É neste contexto que se encontra a trabalhadora e o trabalhador atual, inserido na era do capital flexível. Isso significa fortes mudanças na vida da classe trabalhadora uma vez que na flexibilização “[...] a instabilidade torna-se “regra do jogo” posta aos trabalhadores e, nesse cenário, qualquer possibilidade de planejar a família esbarra nas incertezas de renda, de local de trabalho, de aposentadoria, de garantia de saúde e/ou educação [...]” (CARMO, 2013, p. 73). O *Just-in-time* mencionado se torna referência nas empresas, pois a trabalhadora e o trabalhador otimizam o tempo de produção, de forma que as mercadorias sejam produzidas em grandes escalas, reduzindo gastos, diríamos assim. As empresas afirmam que este modelo de produção é benéfico para o empregador e a corporação, e isto é claro quando se trata de lucros, já que para o trabalhador(a) pouco importa as consequências deste modelo.

Na verdade, a precarização é um processo multidimensional que altera a vida dentro e fora do trabalho. Nas empresas se expressa em forma de organização pautadas no just in time, na gestão pelo medo, nas práticas participativas forçadas, na imposição sutil de autoaceleração, na multifuncionalidade, dentre outros métodos voltados ao controle maximizado. São processos de dominação que mesclam insegurança, incerteza, sujeição, competição, proliferação da desconfiança e do individualismo, sequestro do tempo e da subjetividade. São afetadas as demais dimensões da vida social, laços familiares e intergeracionais. A desestabilização e a vulnerabilidade sociais conduzem à desvalorização simbólica, com a corrosão do sistema de valores, da autoimagem e das representações da inserção de cada um na estrutura social. (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 231).

O capitalismo vem se inclinando para a informalidade de maneira enérgica, é possível observar através da expansão no setor de serviços. Empresas “contratam” e pagam por tempo e atendimento, sem nenhum vínculo empregatício ou segurança em relação ao trabalhador, essa modalidade atinge de maneira mundial e em todos os setores. O novo empregador não precisa de estrutura física ou contrato fixo, pelo contrário, quanto maior a flexibilidade, melhor. Uma das empresas mais conhecidas que operam desta maneira, por exemplo, é a Uber⁴³.

⁴³ “A Uber é outro exemplo mais do que emblemático: trabalhadores e trabalhadoras com seus automóveis, isto é, com seus instrumentos de trabalho, arcam com suas despesas de seguridade com os gastos de manutenção dos veículos, de alimentação, limpeza, etc., enquanto o “aplicativo” - na verdade, uma empresa privada global de assalariamento disfarçado sob a forma de trabalho desregulamentado - apropria-se do mais-valor gerado pelo serviço dos motoristas, sem preocupações com deveres trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora.” (ANTUNES, 2020, p. 36-37).

É desse modo que o capitalismo informacional e digital vem aprimorando sua engenharia da dominação. Desde que a empresa taylorista e fordista foi suplantada pela liofilização toyotista e flexível [...]. Assim, movida por essa lógica que se expande em escala global, estamos presenciando a expansão do que podemos denominar uberização do trabalho, que se tornou um *leitmotiv* do mundo empresarial. Como o trabalho on-line fez desmoronar a separação entre o tempo de vida no trabalho e fora dele, floresce uma nova modalidade laborativa que combina mundo digital com sujeição completa ao ideário e à pragmática das corporações. O resultado mais grave dessa processualidade é o advento de uma nova era de escravidão digital, que se combina com a expansão explosiva dos intermitentes globais. (ANTUNES, 2020, p. 39).

Com a indústria 4.0, a tecnologia toma conta dos processos produtivos e cada vez há menos necessidade de trabalho vivo. Com as inovações das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), que se reinventam a cada instante, juntamente com a difusão de aplicativos, os processos produtivos tornam-se automatizados. O desemprego se torna estrutural⁴⁴ e se aprofunda cada vez mais, tanto para aqueles que já estão inseridos no mercado de trabalho, quanto para os jovens que irão se inserir. A trabalhadora e o trabalhador, gradativamente, se encontram sem perspectiva de futuro e sem direitos sociais.

5) Outra tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural. 6) Paralelamente à exclusão dos jovens vem ocorrendo também a exclusão dos trabalhadores considerados “idosos” pelo capital, com idade próxima de 40 anos e que, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reingresso no mercado de trabalho. Somam-se, desse modo, aos contingentes do chamado trabalho informal, aos desempregados, aos “trabalhos voluntários” etc. O mundo do trabalho atual tem recusado os trabalhadores herdeiros da “cultura fordista”, fortemente especializados, que são substituídos pelo trabalhador “polivalente e multifuncional” da era toyotista. (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 339).

Outra característica é a inserção, cada vez maior, de mulheres no mundo do trabalho. Essa incorporação apresenta-se com menores direitos trabalhistas e menor acordo salarial em relação aos homens (ANTUNES; ALVES, 2004). Além disso, com o trabalho em domicílio ou o chamado home office, se intensifica a dupla jornada, em maior grau nas trabalhadoras, aumentando a exploração feminina, denominada por alguns autores de jornada quádrupla.

Em momentos de retração econômica, os empregos a tempo parcial, terceirizações e as subcontratações tendem a aumentar, e conseqüentemente as mulheres são incluídas nessa dinâmica. O fato de

⁴⁴ “Acentuam-se os elementos destrutivos em relação ao trabalho, enfatizando-se que as novas formas vigentes de valorização do valor, ao mesmo tempo que trazem embutidos novos mecanismos geradores de trabalho excedente, precarizam, informalizam e expulsam da produção uma infinidade de trabalhadores que se tornam sobrantes, descartáveis e desempregados.” (ANTUNES, 2020, p. 89).

exercerem a dupla jornada - trabalho dentro da sua família e o trabalho economicamente rentável - bem como a discriminação histórica das trabalhadoras tornam as mulheres mão de obra mais atrativa para empregos a tempo parcial ou funções terceirizadas, os quais possuem menor remuneração e valorização. (ASSUNÇÃO, 2018, p. 58).

Assim, a exploração e a desvalorização do trabalho feminino são reforçadas na medida em que são inseridas em ocupações de subcontrato, provisório e com horários de trabalho reduzidos. Deste modo, conseqüentemente, as mulheres têm maior prevalência nas atividades de *part-time*.

As políticas neoliberais, a pretexto de inserirem as mulheres no mercado de trabalho, ocasionaram a “feminização” do labor acompanhada de precarização das condições de trabalho, flexibilização, violação de padrões trabalhistas internacionais e baixos salários. Basta observar que as funções desempenhadas majoritariamente pela mão de obra feminina (empregadas domésticas, professoras, operadoras de *telemarketing*, etc) são comumente associadas à baixa remuneração e às péssimas condições de trabalho. (ASSUNÇÃO, 2018, p. 62).

Ainda para Assunção,

No mercado de trabalho, houve drástica redução do quadro de empregados aliado ao reajuste da máquina empresarial, havendo diminuição do nível de empregos com o aumento da terceirização ou subcontratação de atividades específicas de outras empresas mais especializadas - muitas vezes advinhas de países pobres ou em desenvolvimento. Nesse sentido, a absorção da mão de obra feminina se deu de maneira ainda mais intensa e, ao mesmo tempo, mais precária. (ASSUNÇÃO, 2018, p. 58).

Importante destacar que os empregos secundários, com menor nível de escolaridade, ainda são conduzidos, em maior quantidade, por mulheres em situação de vulnerabilidade social, dentre elas mulheres negras e imigrantes⁴⁵, uma vez que, enquanto as mulheres da classe média conquistaram sua emancipação e o acesso à educação, as mulheres pobres permaneciam trabalhando nos empregos informais e no ambiente familiar, em destaque, coloca-se o trabalho doméstico.

Em relação ao que acabamos de retratar, Assunção (2018), nos indica uma característica relevante para pensarmos nas diferenciações entre países de capitalismo dependente e capitalismo imperialista.

Tal situação se evidencia na constatação de que muitos países (em especial os europeus) passaram a importar a mão de obra majoritariamente feminina dos países mais pobres para serviços de limpeza e manutenção, a fim de “aliviar as esposas nacionais”, mulheres de classe média-alta dos países capitalistas centrais que passaram a exercer função remunerada. (ASSUNÇÃO, 2018, p. 61).

⁴⁵ “Parte da expropriação que as mulheres sofrem, neste sistema, está profundamente relacionada ao tempo. O fator tempo de trabalho produtivo versus tempo de trabalho reprodutivo é um dos traços de distinção de gênero, raça/etnia e de classe, porque conjuga ao mesmo tempo, proporções distintas entre classe trabalhadora, entre homens e mulheres com níveis distintos de formação. A consequência disso é que mulheres pobres, majoritariamente negras, têm seus tempos de trabalho produtivo apropriados pelo trabalho reprodutivo.” (VAZQUEZ; FALCÃO, 2019, p. 382).

Inclusive, a própria CEPAL assinala a baixa adesão do trabalho com carteira assinada, ou remunerado, quando se trata do trabalho doméstico, entre as mulheres latino-americanas.

Em média, em torno de 40% da população ocupada da América Latina recebe rendas do trabalho inferiores ao salário mínimo estabelecido por seu país e essa proporção é muito mais elevada entre as mulheres (48,7%) e os jovens de 15 a 24 anos (55,9%). Entre as mulheres jovens esse número alcança, 60,3%. [...] A baixa participação das mulheres no mercado de trabalho remunerado contrasta com sua alta participação no trabalho não remunerado para o próprio domicílio: na América Latina, 77% do trabalho não remunerado é realizado pelas mulheres, de acordo com os dados das pesquisas de uso do tempo [...]. (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE, 2019).

A partir dos elementos citados, podemos observar como os processos de trabalho vem se alterando e se modificando, isso nos indica que o sofrimento da classe trabalhadora também estaria ligado às novas formas de exploração. Como exemplificação, a desregulamentação dos direitos trabalhistas constituídos nos períodos de 1960 e 1970 e a intensificação. Abaixo, discorreremos, de forma sintética, sobre os índices de exploração da trabalhadora e do trabalhador brasileiro encontrados em registros do Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Em 2019, o ILAESE lançou seu segundo anuário estatístico contendo informações acerca da exploração do trabalhador(a) brasileiro(a). Os dados são alarmantes, principalmente na captação de mais-valia por hora empregada. A revista analisou cerca de 250 empresas, tanto nacionais como multinacionais, dados relacionados ao desemprego, taxa de riqueza acumulada, valor salarial, questões relacionadas à esfera da união, estadual e municipal, bem como outros.

Como já dissemos, o Brasil contém uma enorme massa de exército reserva⁴⁶, o que facilita para os capitalistas, ao empregar com baixíssimos salários. Quanto mais trabalhadores estão sem trabalhar, mais precário o trabalho pode ser e mais fácil é para se empregar. Uma mãe, pai ou uma estudante trabalhadora não tem escolha ao se inserir no mercado de trabalho, mesmo com condições insuficientes, a partir do momento que precisa se alimentar, morar e viver, ou seja, sobreviver. Um exemplo

46 “[...] Em função desse cenário que o polo oposto da classe trabalhadora brasileira, os empresários e capitalista, sentem-se cómodos o suficiente para propor uma reforma trabalhista e piorar ainda mais as condições de trabalho mínimas exigidas. A luta contra o desemprego, portanto, é tarefa de toda classe trabalhadora, empregada ou não no momento.” (INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2019, p. 9).

muito explícito são as empresas de *call center* e *telemarketing* que pagam um salário-mínimo⁴⁷, por seis horas de trabalho, com três períodos de pausa, um de 20 minutos e dois de 10 minutos para comer ou ir ao banheiro, ou seja, 40 minutos de “descanso”. São cinco horas e 20 minutos de trabalho, isso está na norma NR17⁴⁸, normalmente sentados em uma cadeira, em frente a uma tela de computador, atendendo inúmeras pessoas ao mesmo tempo. Além disso, existem as questões referentes à falta de fiscalização que, normalmente, é corriqueira da “troca” de orelha e do esforço vocal, por exemplo, que são extremamente nocivos. Não se tem tempo para “respirar” ou ter o próprio convívio com os(as) outros(as) trabalhadores(as) da empresa. O exemplo aludido é apenas um dos tantos outros trabalhos precarizados no Brasil.

O anuário também mostra bases relativas aos indicadores dos desempregados, informais, assalariados, subempregados e aposentados que não trabalham ou que já estão na idade a qual não podem trabalhar⁴⁹. Pela pesquisa se constata que 36% estão sem emprego, 37% são de trabalhadores assalariados e 27% são de subempregados. Em relação ao último,

alteramos radicalmente os critérios utilizados pelo IBGE também no cálculo dos subempregados. Se consultarmos os números que este instituto indica, veremos que existem 23,34 milhões de brasileiros que trabalham por conta própria. Mas investigando mais a fundo, vemos que, desse total, mais de 19 milhões não possui CNPJ e a maior parte sequer faz qualquer tipo de contribuição previdenciária. Fica óbvio, portanto, que, em sua maior parte, esses trabalhadores por conta própria não são pequeno-burgueses que possuem o seu próprio negócio, mas subempregados. No gráfico ao lado indicamos os números gerais de toda classe trabalhadora brasileira. (INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2019, p. 8).

Sobre o PIB (Produto Interno Bruto), no qual se calcula o percentual total da produção econômica do país, normalmente anual, e, ilusoriamente, transversalmente a ele, sabe-se também a dinâmica social do país. O Instituto aponta que, diferente do Brasil, os EUA não se importam pelo PIB, mas sim com o PNB (Produto Nacional Bruto), que em síntese, refere-se ao valor total ganho das empresas do país, mas que estão inseridas em outros países. “Não é preciso muita análise para intuir que nos Estados Unidos o PNB é maior que o PIB, enquanto no Brasil o PIB é maior que o PNB. Isto já mostra a posição subalterna e dominada do Brasil no mercado mundial” (INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2019, p.

47 O salário-mínimo brasileiro, nesta data, 31, Jul de 2021, é de R\$1.100,00.

48 A norma está disponibilizada no site do ministério da economia. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho/pt-br/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-17.pdf/view>. Acesso em: 01 de ago. 2021.

49 Consultar página 8 do Anuário Estatístico do ILAEE 2019.

13). Os dados são, de fato, assustadores, o Brasil, em 2018, em milhões de reais, remeteu 173,521 para outros países, respectivamente para os países imperialistas, e recebeu apenas 68.750. (INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2019).

Acerca da exploração do trabalhador por tempo trabalhado, das 250 empresas que mais exploraram, a primeira é a CBMM (Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração), em oito horas de trabalho, no ano de 2018, sete horas e 26 minutos foram de mais-valia, com 1346,12% de índice de exploração. (INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2019). Isto é, em 34 minutos o operário pagou pelo seu salário e às expensas que a empresa teria com ele, o restante foi apenas de expropriação. Logo em seguida vem a SALOBO, no qual, coincidentemente, é subsidiada pela VALE, uma das maiores empresas de mineração do país, que consegue pagar seu trabalhador e todo seu custo em 36 minutos. A VALE segue em 19º no *ranking*, absorvendo sete horas e nove minutos de horas trabalhadas, ou seja, 51 minutos foram suficientes para “quitar” todas as despesas. (INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2019).

De acordo com o DIEESE, o boletim nº 7 do ICT (Índice da Condição de Trabalho), do terceiro semestre de 2020, houve uma indicação no aumento da taxa de desemprego desde o primeiro semestre do respectivo ano. E, de acordo com os dados, ampliou-se a porcentagem daqueles trabalhadores e trabalhadoras que estavam no mercado informal, anterior à pandemia de covid-19⁵⁰.

Além disso, o boletim de conjuntura nº 29 - Junho/Julho de 2021 mostrou que a desigualdade social e econômica se agravaram e que o PIB do Brasil diminuiu em comparação ao mesmo período de 2020. (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2021). “A pandemia aprofundou a desigualdade social, aumentando o número de pessoas em situação de extrema pobreza, segundo dados do Cadastro Único para programas sociais (CadÚnico).” (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2021). E, agravando a condição de vida da trabalhadora e do trabalhador brasileiro “em março de 2020, início da pandemia no Brasil, havia cerca

50 “No segundo trimestre de 2020, momento de maior isolamento em função da pandemia de covid-19, muitas pessoas que perderam o emprego desistiram de buscar trabalho. No terceiro trimestre, no entanto, a busca por emprego intensificou-se, o que contribuiu para ampliar de 12,8 milhões para 14,1 milhões o número de desocupados - crescimento de 1,3 milhão em relação ao trimestre anterior.” (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2020).

de 13,5 milhões de pessoas nessa condição, contingente que, em março deste ano, havia aumentado em 784 mil pessoas, o que representa um crescimento de 5,8%.” (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2021). O boletim ainda destaca que o aumento das pessoas na extrema pobreza não se iniciou em 2020, mas desde o final de 2019, ou seja, antes mesmo da pandemia, no contexto em que o governo Bolsonaro completa quase um ano.

Por outro lado, o número de bilionários brasileiros aumentou durante a pandemia. Segundo a revista Forbes (DOLAN, 2021), 22 brasileiros entraram ou retornaram à lista de pessoas com pelo menos 1 bilhão de dólares em patrimônio, em 2021. No total, são 65 brasileiros na lista e 2.755 em todo o mundo (660 a mais que no início de 2020). (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2021).

Não nos assusta que o número de bilionários tenha crescido, considerando as características que indicamos anteriormente neste trabalho. Enquanto o exército reserva só vem se amplificando, a burguesia nacional e internacional se aproveita da vulnerabilidade e explora cada vez mais a vida da trabalhadora e do trabalhador, deixando apenas o mínimo para sua subsistência que, por muitas vezes, não é suficiente.

Dessa forma, podemos observar que, as mudanças no mundo do trabalho e o avanço das forças produtivas, trouxeram impactos profusos na vida das trabalhadoras e trabalhadores, com determinantes específicas para toda a América Latina, particularmente para a realidade brasileira. Também se observou uma maior incidência de mulheres nos trabalhos *part-time* e com menos acordos salariais, produto do próprio preconceito de gênero. Isso demonstra como a superexploração ocorre nos países dependentes e como tais aspectos se associam ao sofrimento da classe trabalhadora ao compreender a flexibilização e a intensificação do trabalho no século XXI.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito do estudo foi produzir as primeiras bases para futuras mediações mais profundas sobre a relação trabalho e sofrimento. Por isso, fizemos um resgate histórico, com referencial teórico, a partir de autores que nos possibilitaram interpretar o contexto econômico, político e social dos países latino-americanos e analisar, através da esfera social, o sofrimento da trabalhadora e do trabalhador em contexto de superexploração.

A classe trabalhadora, no modo de produção capitalista, está inserida em um sistema que o aliena, tornando o produto do seu trabalho estranhado. Conseguimos, através de materiais bibliográficos, analisar e compreender as relações das mudanças no mundo do trabalho, especialmente na esfera da flexibilização. Além disso, articulando, a partir do período colonial, a dependência latino-americana com os países imperialistas, pelo interior da TMD.

É notório a percepção que o trabalho da mulher é mais explorado e mais precarizado do que o do homem, por fatores relacionados ao próprio sistema de hierarquização. Nesta pesquisa, não nos propusemos a debater sobre as questões de gênero, mas ele se torna pertinente considerando o contexto atual do trabalho *part-time* ou até mesmo do *home-office*, em que o trabalho produtivo se mescla com o trabalho reprodutivo. De partida, isso se coloca como objeto para uma futura investigação.

Outro ponto importante, é sobre a pandemia de covid-19 e seus impactos na vida das trabalhadoras e dos trabalhadores latino-americanos. Ainda não é possível termos um saldo desta pandemia no que se refere ao sofrimento na vida do(a) trabalhador(a), pois ela ainda é fenômeno em curso. Mas podemos inferir que seja pelo aspecto tratado aqui neste trabalho, qual seja, o sofrimento relacionado à exploração do trabalho, seja pelo aspecto psicológico, temos um tempo marcado pelo adensamento das tensões e ansiedades, haja vista a intensificação do trabalho ser o símbolo deste período.

Sobre a dominação dos países imperialistas e dos países dependentes, foi possível notar como os antecedentes históricos do processo de colonização impactaram na vida do trabalhador(a) latino-americano na atualidade, inseridos no processo de superexploração. Também se verificou uma forte influência e poder dos países imperialistas em relação à América Latina – especialmente os EUA -,

ocasionando uma relação de subalternidade entre a burguesia nacional e a burguesia internacional.

Pode-se observar uma alta taxa de exploração no Brasil no qual vem aumentando gradativamente. Foi possível, através dos dados, identificar que houve a inserção ainda maior dos trabalhadores informais e, aqueles que já estavam neste mercado, sucumbiram ao subdesemprego, ou seja, a condição de vida piorou.

Dessa forma, o estudo buscou pesquisar sobre o sofrimento da trabalhadora e do trabalhador, mas compreendendo que ele não é apenas um fenômeno psíquico, biológico ou social. Aqui, foram fundamentadas apenas as relações sociais da trabalhadora e do trabalhador, através da reflexão entre alienação, estranhamento e sofrimento.

Por fim, encerra esta redação monográfica, entretanto, vislumbramos sobre a pesquisa uma possibilidade que esta se prolongue para além deste trabalho, a fim de que possamos responder as questões aqui reticentes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.
- ASSUNÇÃO, Larissa de Aguiar. **Os horizontes femininos do trabalho**: do chão de fábrica ao teto de vidro. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2013.
- CARMO, Roberto. **Na corda bamba do trabalho**: a instabilidade social e o sofrimento do trabalhador na era da flexibilização. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. A pobreza na América Latina manteve-se estável em 2017, mas a extrema pobreza aumentou, atingindo seu nível mais alto desde 2008, enquanto a desigualdade tem diminuído consideravelmente desde 2000. **CEPAL**, Santiago de Chile, 2019. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pobreza-america-latina-manteve-se-estavel-2017-mas-extrema-pobreza-aumentou-atingindo>. Acesso em: 13 ago. 2021.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. ICT-DIEESE. Número 07, 3º semestre de 2020. **DIEESE**, [S. l., s. n.], 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseict/2020/072020.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2021.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Boletim de conjuntura. Número 29, junho/julho de 2021. **DIEESE**, [S. l., s. n.], 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2021/boletimconjuntura29.html>. Acesso em: 03 ago. 2021.
- DUARTE, Janaína. Trabalho produtivo e improdutivo na atualidade: particularidade do trabalho docente nas federais. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 2, mai./ago. 2017.
- DUARTE, Marcelo. Dimensão ontológica do Homem em Aristoteles e Marx: fundamentando o educando como ser político-social e de trabalho no processo educacional social. **Saberes**, Natal, v. 1, n. 17, p. 125-137, dez. 2017.

DUAYER, Mário. Mercadoria e trabalho estranhado: Marx e a crítica do trabalho no capitalismo. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 29, set. 2012.

FALCÃO, Ana; VAZQUEZ, Ana. Os impactos do neoliberalismo sobre as mulheres trabalhadoras: a esfera do cuidado e a precarização do trabalho feminino. **O Social em Questão**, ano XXII, n. 43, jan./abr. 2019.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente: e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FILHO, Victor. Perfil Epidemiológico dos Trabalhadores. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 103-117, abr./jun. 2004.

GAMBA; Juliane; PIRES; Julio. O trabalho Humano na América Latina: Evolução histórica e condições atuais. **Cadernos ProlamUSP**, v. 15, n. 27, p. 11-26, 2016.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Anuário Estatístico do ILAESE: trabalho & exploração**. São Paulo: ILAESE, 2019. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/454415766/ILAESE-Anuario2019-205x275-Miolo-SAIDA-pdf>. Acesso em: 13 ago. 2021.

KONDER, Leandro. **Os Sofrimentos do Homem Burguês**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000.

LAURELL, Asa; NORIEGA, Mariano. **Processo de Produção e Saúde: Trabalho e desgaste operário**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social**. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

MARINI, Ruy Mauro *et al.* **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. México: Editora Era, 1973.

MARX, Karl (ed.). **O Capital: Crítica da economia política**. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PEREIRA, Isabel. **Dicionário da educação profissional em saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

PERES, Marcos. Do Taylorismo/fordismo à acumulação flexível toyotista: Novos paradigmas e velhos dilemas. **IFRN**, [Natal], s. n., 2021. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/josesantos/disciplinas-2012.2/fundamentos-sociopoliticos-e-economicos-da-educacao-para-licqui2n/do-fordismo-taylorismo-a-acumulacao-flexivel>. Acesso em: 13 ago. 2021.

RANIERI, Jesus. **A câmara escura**: alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Boitempo, 2001.

RANIERI, Jesus. Alienação e estranhamento: a atualidade de Marx na crítica contemporânea do capital. **Clacso**, [S. l., s. n.], 2021. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/cuba/if/marx/documentos/22/Alienacao%20e%20estranhamento....pdf>. Acesso em: 02 abr. 2021.

REDAÇÃO NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. América Latina e Caribe é a região mais desigual do mundo, revela comissão da ONU. **Ceert**, [S. l., s. n.], 2019. Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/direitos-humanos/24565/america-latina-e-caribe-e-a-regiao-mais-desigual-do-mundo-revela-comissao-da-onu>. Acesso em: 13 jun. 2021.

RIBEIRO, Andressa. Taylorismo, Fordismo e Toyostismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 35, p. 65-79, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/viewFile/26678/pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

VALENCIA, Adrián. **Subimperialismo e Dependência na América Latina**: O pensamento de Ruy Mauro Marini. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

VALVERDE; André; MERCEDES, Sônia. A Teoria da Dependência e suas aplicações na América Latina neoliberal. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA, 2., 2016. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: USP, 2016. Disponível em: https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/Valverde-e-Mercedes_II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf. Acesso em: 31 jun. 2021.